

Segundo ônibus é encontrado. Chega 65 nº de mortos

subiu para 65 o número de um ônibus soterrado com mortos em consequência do crime ambiental provocado pela Vale na mina Córrego do Feijão, em Brumadinho, Região Metropo-<u>litana de Belo Horizonte.</u> No final da tarde deste Gerais.

vários corpos no seu interior. Na segunda-feira, um segundo ônibus foi localizado pelas equipes de resgate, lideradas pelos bombeiros de Minas Página 4



Bolsonaro olha de longe e não pousa em Brumadinho-MG





Orlando Silva: "O Bolsonaro não viabilizou ninguém para dirigir Câmara"

O deputado Orlando Silva, líder do PCdoB na Câmara Federal, afirmou, nesta segunda-feira (28), que Jair Bolsonaro mostrou fraqueza ao não conseguir, em início de governo, viabilizar um nome seu, de seu partido, para a presidência da Câmara. Segundo ele, "historicamente o presidente recém eleito sempre faz o comando das casas do parlamento". Orlando visitou o HP na segunda-feira. P. 3



Zema rejeita a ajuda do Exército Brasileiro, que deixou 968 de prontidão

ficou dentro de um helicóptero. Não pousou, não falou com as mulheres que, desde sexta-feira,

ais uma tragédia causada | um crime contra o país. Depois pela irresponsabilidade e do sobrevoo, Bolsonaro declarou ganância da Vale, em Bru- | que "não quero culpar os outros pelo que está acontecendo, ma ro anuncia que vai lá, mas algo está sendo feito errado". Para Bolsonaro, o que houve é apenas "algo que está sendo vítimas, nem com os homens e | feito errado", pelo que ele não quer culpar os culpados: a Vale enfrentam as consequências de | e sua criminosa diretoria. P. 3

Vale diz que não é responsável pela tragédia de Brumadinho e que foi só um "caso fortuito"

A Vale do Rio Doce afirmou | um "caso fortuito". A mineraque "não vê responsabilidade" dora, através dos seus advoga-sua na tragédia de Brumadinho dos, diz que sua diretoria não

(MG) e atribuiu a catástrofe a vai pedir afastamento. Pág. 4

"O fim desses desastres só vira com a reestatização da Vale", diz João Vicente

Flávio Bolsonaro

Flávio Bolsonaro fez | delas, com a Medalha Tiliciano Adriano Nóbrega, ele estava encarcerado,

duas homenagens ao mi- radentes, ocorreu quando que está foragido. Uma acusado de homicídio. P.3

Ministra tarada afirmou que na Holanda bebês são masturbados

ções da Holanda, o De Telegraaf e o portal RTL Nieuws, criticaram a ministra Damares Alves por declarações I de vida".

Duas das maiores publica- | feitas em 2013, dizendo que na Holanda "especialistas defendiam que meninos deviam ser masturbados desde os 7 meses Página 5



pio de Brumadinho já estava tristemente sentenciado", lamentou João Goulart Filho, que disputou a Presidência da República no ano passado pelo Partido Pátria Livre (PPL). Ele falou sobre "a ganância que marca a atuação da Vale, depois que ela foi privatizada". "Essa | fazia quando era estatal". P. 3

com a segurança, não poderia levar a outro resultado senão a desastres como este de Brumadinho", denunciou. Para ele, a reestatização da Vale "é o caminho para voltarmos a ter uma gestão responsável, que invista em segurança", "como a Vale

Brumadinho: Reforma trabalhista limitou indenização das vítimas a apenas 50 vezes o seu salário

passou a valer em novembro o funcionário recebia atualde 2017 limita a indenização | mente, estabelecendo valores a vítimas de tragédias, como diferentes para vítimas da a de Brumadinho (MG), a mesma tragédia. Página 5

A reforma trabalhista que | apenas 50 vezes o salário que

Seis ex-ministros chavistas pedem eleições gerais

Secretário: Infraero será fechada neste governo

A secretaria de Aviação Civil (SAC) do governo, subordinada ao Ministério da Infraestrutura, anunciou através do seu titular, Ronei Glanzmann, na segunda-feira (21), o fechamento da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero) no governo Bolsonaro, com a efetivação da entrega dos aeroportos públicos a aplicadores privados.

Nesse horizonte, dois dos cinco mais importantes aeroportos brasileiros, em São Paulo o de Congonhas e no Rio de Janeiro o aeroporto de Santos Dumont, estarão incluídos no pacote de concessões. A nova diretoria da empresa, que estará à frente da campanhia no curso do processo, tomou posse na semana passada.

Segundo o novo chefe da SAC, é desejo do governo retirar 100% da sua presença do setor aeroportuário com o encerramento do processo de concessões até 2021 e que as participações de 49%, que a Infraero detém ainda em alguns aeroportos, como Confins e Guarulhos, também será repassada a grupos aplicadores

Os planos, retomando os leilões a partir da quinta rodada, preveem a arrecadação de R\$ 8 bilhões pela alienação de 44 aeroportos ainda públicos.

O secretário disse ainda que "o assunto da extinção da Infraero e seus funcionários será conduzido pelo governo federal com a máxima responsabilidade e transparência. Estamos lidando com 10 mil famílias e ninguém vai ser louco de sair demitindo todo mundo a toque

Sobre os problemas apresentados por aeroportos concedidos nas gestões de Dilma e Temer que estão com dificuldades financeiras, como o de Viracopos em situação pré falimentar, Glanzmann falou que o governo é entusiasta das soluções de mercado, ou seja, que Viracopos seja vendido para um novo sócio em caso de falência. Nenhum comentário foi feito sobre os prejuízos que essas concessões mal sucedidas causaram ao Tesouro Nacional e muito menos sobre quem vai repará-las.

Energia nuclear poderá ser entregue ao capital privado

seguimento às obras ses do mundo, Brada Usina Nuclear de | sil, Estados Unidos Angra 3, o ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, defendeu a privatização da exploração da energia nuclear, "sem preconceitos". A começar pela Usi-

Nuclear e Tecnológico da Marinha, ao assumir o cargo, Bento Albuquerque tem defendido a entrega da matriz nuclear brasileira. Ele disse que governo Bolsonaro quer incentivar o Programa de Parceria de Investimentos (PPI), criado no governo Temer, para vilipendiar o patrimônio público.

De acordo com o nopólio da União.

Em ato sobre o ministro, "três paíe Rússia, possuem grandes reservas de urânio e dominam a tecnologia nuclear, só esses três. Não entendo como um país como o nosso, de grandezas populacional, territorial Diretor-geral de e econômica, poderia Estado de São Paulo.
Desenvolvimento abrir mão de uma A notícia corre em matriz como essa".

> Sendo assim, privatizar a energia nuclear significa entregar o controle dessa energia. A Constituição brasileira estabelece que a exploração de serviços como a lavra, o enriquecimento, o reprocessamento, la industrialização e o comércio de minérios e minerais nucleares são de mo-

HORA DO POVO é uma publicação do Instituto Nacional de comunicação 24 de agosto Rua José Getúlio,67, Cj. 21 Liberdade - CEP: 01509-001

São Paulo-SP

E-mail: inc24agosto@uol.com.br

Governo Bolsonaro defende aceleração das privatizações do patrimônio nacional tro da Economia de Jair Bolsonaro, assumiu prometendo que o governo arrecadaria - apenas este ano – USD 20 bilhões (cerca de R\$ 75,3 bilhões) privatizando empresas públicas e concedendo o patrimônio do Estado para a iniciativa

privada. Para acelerar esse plano, já circula um memorando do Governo pedindo às agências reguladoras e aos respectivos ministérios informações sobre o que de patrimônio é liquidável, segundo informações do

A notícia corre em meio ao desastre de grandes proporções com a barragem do Complexo do Feijão em | privatizar ou liquidar "em | contas do governo.

depõe contra a privatização de empresas e serviços

Em 2017, apenas as desonerações chegaram a R\$ 141,177 bilhões

Operada pela Vale privatizada em 1998 - o rompimento que causou ao menos 60 mortes e um imenso dano urbano, ambiental e social coloca em questão a busca obstinada pelo lucro - princípio da iniciativa privada – em detrimento do bem estar social e da preservação do

meio ambiente. O país hoje tem 135 esatais. Segundo declaração tura, Tarcísio de Freitas,

Paulo Guedes, o minis- | Brumadinho - fato que | torno de 100 estatais".

'Prejuízo da Previdência está

O objetivo de arrecadar cerca de U\$ 20 bilhões fica bastante distante à medida que as subsidiárias das estatais (como as distribuidoras do grupo Eletrobrás), quando vendidas, distribuem recursos para o governo apenas por intermédio da arrecadação de impostos ou por dividendos. Por outro lado, a prática do governo tem sido leiloar as subsidiárias por um "valor simbólico" de R\$ 30 a R\$ 50 mil reais – ou seja, o preço de um do ministro de Infraestru- carro usado – o que não contribui em nada para no início do ano e do man- a melhoria dos serviços dato, o plano do governo é ou mesmo para salvar as



Ministro anuncia concessão de ferrovias

O ministro da Infraestrutura, Tarcísio Gomes, de Freitas divulgou no sábado (19), através de vídeo na internet, que o governo planeja lançar processos licitatórios para escolha de empresas para a construção de três trechos de ferrovias em regime de concessão.

Segundo ele, seria um "programa ambicioso, mas possível" e que a iniciativa seria a concessão por outorga, onde o licitante compra o direito de explorar a atividade através de um valor pago ao governo.

Ou seja, após a construção, paga pelo governo, com investimento público, a estrutura é entregue à l com o que ele classificou l concessões vigentes.

uma empresa privada que irá explorar os lucros.

O plano do governo é construir um trecho do Porto Nacional, no Tocantins, até Estrela D'Oeste, em São Paulo, integrando uma conexão entre os portos de Itaqui (MA) e Santos (SP). Outro será a chamada Ferrovia de Integração Oeste-Leste, que deverá ligar Caetité ao Porto de Ilhéus, na Bahia e outra ainda para compor uma linha chamada Ferro-

grão, em Mato Grosso. O ministro disse ainda pelo vídeo, que pretende realizar a prorrogação antecipada de trechos já concedidos, combinado,

como uma "ousadia", ou seja, o governo não receber as outorgas dessas prorrogações, deixando na mão do licitante o valor delas para custear os investimentos das ferrovias.

A primeira ferrovia a ser construída dessa forma será a de integração do Centro-Oeste, segundo o ministro. A previsão é que o trecho ligue Água Boa, em Mato Grosso, a Campinorte, em Goiás.

Não foi feito nenhum esclarecimento sobre o favorecimento que as renovações antecipadas poderão dar para as atuais concessionárias que não estão cumprindo com termos contratados nas

nas desonerações e na DRU' Entidades divulgaram nota apontando os desvios bilionários feitos na Previdência

> Frente Associativa | nacional. Tais falhas exada Magistratura e do Ministério Público (Frentas) e o Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado (Fonacate) assinaram uma nota pública sobre a reforma da Previdência, afirmando que "a Previdência Social, que hoje responde pela proteção de milhões de trabalhadores e seus familiares não pode ser revista ou alterada em sua essência com base em projeções e cálculos, no mínimo, vistos como inconsistentes".

De acordo com a nota, "o Regime Geral de Previdência Social/RGPS foi superavitário ao menos até 2015, bem como que a União dele retirou elevadíssimas receitas por força da Desvinculação de Receitas da União-ĎRU"

Em 2016, foram desviados R\$ 91,92 bilhões da Seguridade Social (Previdência, Saúde e Assistência Social) através da DRU e R\$ 143,79 bilhões por força de renúncias de receitas: "Somente aí se vê um prejuízo previdenciário de 235,71 bilhões de reais". "Como se falar, assim, em déficit da previdência?"

O Tribunal de Contas da União aponta que a dívida ativa (o que a União tem a receber) da seguridade social é de 954,8 bilhões de reais (424,8 bilhões de dívida previdenciária e 530 bilhões de dívidas da segu-

ridade social). Mesmo nos dois últimos anos, 2016 e 2017, em que os resultado da Previdência foram deficitários, apenas o montante das desonerações cobririam o déficit, tal como foi apontado em estudo da Anfip (ver em A fabricação do "déficit" da Previdência).

'E não se viu até aqui, por parte de sucessivos governos, mesmo ímpeto

que o demonstrado na busca de sucessivas reformas da previdência para alterar uma

legislação arcaica e assim cobrar de forma eficaz essa dívida trilionária o documento. As entidades ressaltam também que as projeções do governo para justificar essa reforma 'aumenta artificialmente a despesa". "A partir de 2022 observa-se que o crescimento real do salário mínimo é maior do que o crescimento real do PIB previsto pelo modelo. Esse é um dos motivos pelos quais os gastos previdenciários, medidos em percentagem do PIB, sobem no longo prazo, indo de 8,26% PIB em 2017 para 17,2% em 2060".

Frentas e Fonacate, "levam gativamente o número de em conta um envelhecimento da população exagerado, me Geral no longo prazo, crescimento do PIB muito a receita previdenciária,

cerbam a previsão futura de necessidade de financiamento da previdência, o que não condiz com a realidade dos fatos"

É registrado na nota, por um lado, a superestimação da população de idosos e, por outro, a subestimção da população de jovens, "distorcendo os indicadores do mercado de trabalho"

"O uso adequado de dados da PNAD requer ajustes de sexo, idade e região no cálculo dos pesos amostrais. Como o modelo do governo não realiza esses ajustes, a população brasileira está mais envelhecida na PNAD do que nas Projeções Populacionais do IBGE. Para se ter uma idéia da diferença entre as duas fontes, no ano de 2014, a distribuição da população segundo a projeção populacional 2000-2060 apontava uma população acima de 50 anos de 43,9 milhões de pessoas, enquanto a PNAD, 50,9 milhões, uma diferença de 7 milhões de pessoas nessa faixa etária. Isso certamente resultará em um aumento artificial das projeções de despesas previdenciárias", diz a nota.

Segundo o documento das entidades, o modelo ignora a queda da taxa de crescimento da população idosa, projetada pelo IBGE para o período 2012-2060: 'Em 2017 estamos no ápice da taxa de crescimento da população idosa. A partir de 2018, essa taxa entrará em declínio, o que impacta sobremaneira na queda da despesa com aposentadorias e pensões".

Para alardear o caos, as estimativas populacionais subestimam a receita previdenciária.

"A variáveis do mercado de trabalho são calculadas com base nos dados da PNAD de 2014. Para essas variáveis, com exceção da taxa de participação, foi adotada a hipótese de que elas se manteriam constantes ao longo do tempo. A taxa de urbanização e a taxa de ocupação, por exemplo, são mantidas no mesmo nível de 2014 para todos os anos projetados. Isso significa que a receita é uma simples função dos movimentos da população total estimada pelo IBGE, independente da dinâmica que possa vir a ocorrer no mercado de trabalho no que diz respeito à taxa de formalização, produtividade do trabalho, evolução do salário médio e nível de ocupação".

Em 2014 a taxa de participação no mercado de trabalho se encontrava em Além disso, ressaltam a nível baixo, afetando necontribuintes para o Regiao passo que consideram um e portanto, subestimando

Anfip: Governo quer modelo que levou o Chile à miséria

A Associação Nacional dos Fiscais da Receita Federal dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (Anfip) se reuniu terça-feira, 22, com o Conselho Deliberativo do Fonacate (Fórum Nacional das Carreiras Típicas do Estado), em Brasília (DF), para debater as estratégias e ações em conjunto para barrar as medidas da chamada "reforma da Previdência", que o governo Bolsonaro pretende implementar.

Vilson Romero, diretor da Anfip, denunciou que o mo-delo de "capitalização" que o governo pretende aplicar no país é um modelo "que foi à bancarrota no Chile". "Passados trinta anos da sua instituição, a promessa de que os trabalhadores que contribuíam compulsoriamente para as AFPs - instituições criadas para guardar as aplicações dos chilenos - tivessem uma renda de cerca de 70% do salário, tornou-se vã".

"Há milhares de aposentados dormindo embaixo de marquises e viadutos por toda a Santiago e dezenas de cidades do país, e o número de suicídios se elevou drasticamente entre os idosos, segundo noticiam, pelo sofrimento, penúria e vergonha de não poder manter a si e aos seus", denuncia a entidade.

"Talvez a capitalização venha, pois estamos diante de um Congresso conservador e liberal, e pode acontecer o que ocorreu no Chile, onde os aposentados chilenos tinham a promessa de ter 70% da renda ao fim da vida ativa, e hoje encontram-se em estado miserável. Esse exemplo é importante para combater a capitalização", destacou.

Na semana passada, dia 16, a entidade se reuniu também com representantes de servidores e magistrados para debater uma articulação conjunta contra a reforma.

Redação: fone (11) 2307-4112 E-mail: horadopovo@horadopovo.com.br E-mail: comercial@horadopovo.com.br E-mail: hp.comercial@uol.com.br Redação: Rua Mazzini, 177 - São Paulo - CEP: 01528-000 **Sucursais:** Rio de Janeiro (RJ): IBCS - Rua Marechal Marques Porto 18,

Editor-Geral: Clóvis Monteiro Neto

Escreva para o HP

horadopovo@horadopovo.com.br

3° andar, Tijuca - Fone: (21) 2264-7679 E-mail: hprj@oi.com.br Brasília (DF): SCS Q 01 Edifício Márcia, sala 708 - CEF

Fone-fax: (61) 3226-5834 <u>E-mail: hp.df@ig.com.br</u> **Belo Horizonte (MG):** Rua Mato Grosso, 539 - sala 1506 Barro Preto CEP 30190-080 - Fone-fax: (31) 271-0480 E-mail: horadopovomg@uol.com.br

Salvador (BA): Fone: (71) 9981-4317 E-mail: horadopovobahia@oi.com.br Recife (PE): Av. Conde da Boa Vista, 50 - Edifício Pessoa de Melo, sala 300 - Boa Vista - CEP 50060-004 Fones: (81) 3222-9064 e 9943-5603

E-mail: horadopovope@yahoo.com.br Belém (PA): Avenida Almirante Barroso/Passagem Ana Deusa 140 Curió-Utinga - CEP 66610-290. Fone: (91) 229-9823 Correspondentes: Fortaleza, Natal, Campo Grande, Rio Branco, João Pessoa, Cuiabá, Porto Alegre, Florianópolis

www.horadopovo.com.br

Líder da bancada do PCdoB na Câmara Orlando Silva: "Bolsonaro não conseguiu viabilizar ninguém para comandar a Câmara"

PCdoB na Câmara Federal, afirmou em entrevista ao HP na segunda-feira (28), durante visita à redação do jornal, que Jair Bolsonaro mostrou fraqueza ao não conseguir, em início de governo, viabilizar um nome seu, de seu partido, para a presidência da Câmara. Segundo ele, "historicamente o presidente recém-eleito sempre faz o comando das casas do parlamento". "O PSL foi malandro. Quando perceberam que perderiam, eles correram para apoiar o atual presidente da Câmara, que é um candidato competitivo", avaliou. Para Orlando Silva, Jair Bolsonaro se apresentou como o anti-político, apesar de ser um tremendo "velhaco da política".

O líder do PCdoB falou também sobre o trágico crime ambiental cometido pela Vale em Brumadinho, na última sexta-feira, em Minas Gerais. "O que aconteceu em Brumadinho é uma daquelas tragédias anuncia-das", disse ele. "A Vale, depois que foi privatizada, adotou a lógica do lucro máximo. Tornou-se insensível aos interesses nacionais e aos interesses do povo brasileiro", disse. Leia a entrevista na íntegra.

Hora do Povo - Como você está analisando a disputa pelo comando da Câmara

Federal? Orlando Silva - Todo o governo no começo, seja ele um governo municipal, governo estadual ou nacional, sempre elege o presidente do parlamento, no caso do Congresso Nacional, o presidente da Câmara e o presidente do Senado. É só olhar a história. É natural que um governo que começou a andar tenha força política, força eleitoral, apoio popular e, durante algum período inicial, há sim um espaço para que ele eleja os comandantes da Câmara e do Senado. No caso do Jair Bolsonaro, ele se apresentou como o anti-político, apesar de ser um velhaco da política, apresentou-se negando os partidos políticos que, no limite, é negar a democracia, porque não existe democracia sem partidos políticos.

HP – Jair Bolsonaro saiu enfraquecido ao ter que se aliar a Rodrigo Maia para entrar

OS - Certamente. O PSL foi malandro. Ele, percebendo que corria risco de uma derrota, correu para apoiar o candidato que é o atual presidente da Câmara, Rodrigo Maia, que é um candidato muito competitivo, de modo a não ser derrotado.

HP - Por que você acha que o governo não conseguiu viabilizar uma candidatura?

OS – Ele bem que tentou. Saiu na Câmara, listou alguns nomes, e saiu também no Senado, mas não pôs de pé nenhuma alternativa. Eles aprenderam com a lição de 2015, quando a Dilma Rousseff tentou enfrentar na força o candidato do PMDB e foi derrotada. Ela amargou graves consequências por isso. No Senado ele até ensaiou algum tipo de movimento, mas a tendência é que Jair Bolsonaro não elegerá dos seus diretamente, nem na Câmara e nem no Senado.

HP - Sobre esse crime ambiental que ocorreu em Brumadinho (MG), qual é a avaliação que você faz?

OS - O Brasil sente uma dor enorme. Mas, infelizmente, essa é uma daquelas tragédias anunciadas. Depois de Mariana, cerca de três anos depois, as famílias ainda estão abandonadas e as empresas não cumpriram o Termo de Ajuste de Conduta. Famílias de Bento Rodrigues, que é uma das áreas mais atingidas de Mariana, não foram reassentadas. O que nós vimos agora é o repeteco de Mariana.

Leia a entrevista na íntegra em www. horadopovo.org.br

SÉRGIO CRUZ

Miliciano estava preso quando recebeu a Medalha Tiradentes do filho "garoto" de Bolsonaro

Flávio Bolsonaro I homicídio do guardanão fazia só discursos em apoio às milícias, dava também medalhas aos bandidos.

Até a Medalha Tiradentes ele entregou para integrantes dos grupos de extermínio do Rio de Janeiro. O caso do ex-policial militar Adriano Nóbrega. um dos chefes da milícia é bem ilustrativo dessa "retaguarda política" que era ofertada por ele.

Adriano recebeu duas homenagens de Flávio Bolsonaro, uma delas ocorreu quando ele estava encarcerado acusado de homicídio. O miliciano preso recebeu de Flávio Bolsonaro a medalha, a mais alta honraria da Assembleia Legislativa do Rio.

Isso ocorreu em junho de 2005. Adriano havia sido preso, juntamente com outros dez policiais em janeiro de 2004, acusado pelo l

dor de carros Leandro dos Santos Silva, de 24 anos.

Leandro era morador de Parada de Lucas, na zona norte carioca. O jovem havia denunciado os agentes no dia anterior pela prática de extorsão e ameaças. Segundo o MP, os policiais mataram o jovem e alteraram a cena do crime para tentar forjar um auto de resistência – quando o agente mata em confronto. Testemunhas, contudo, disseram que o rapaz havia sido assassinado sem ameaçar ninguém ou reagir aos policiais. O fato de Adriano estar preso quando recebeu a medalha desmente as afirmações de Flávio Bolsonaro e de seu pai, de que não sabiam que

o miliciano tivesse feito algo de errado. Leia mais em www.

horadopovo.org.br

Bolsonaro assistiu a tragédia de Brumadinho de helicóptero



Depois disse que "não queria culpar os outros", ou seja, a Vale, pela tragédia

"O fim desses desastres só virá com a reestatização da Vale", diz João Goulart

nicípio de Brumadinho, na Região Metropolitana de Belo Horizonte, nesta sexta-feira (25), já estava tristemente sentenciado", lamentou João Goulart Filho, que disputou a Presidência da República no ano passado pelo Partido Pátria Livre (PPL). Ele falou, em entrevista ao HP, sobre "a ganância que marca a atuação da Vale, depois que ela foi privatizada". "Essa forma de agir, com descuido com a segurança, não poderia levar a outro resultado senão a desastres como este de Brumadinho", denunciou.

A Barragem da Mina do Feijão, explorada pela Vale, em Brumadinho, rompeu no inicio da tarde da sexta-feira, devastando toda a região. Até ago-

Ministério Público Fede-

ral (MPF) para investigar

os danos ambientais e as

responsabilidades penal,

cível e administrativa do

rompimento da barragem

De acordo com a pro-

curadora, "executivos da

empresa responsável pela

barragem" devem ser

de Brumadinho provoca-

da pela Vale, o ministro

do Meio Ambiente, Ri-

cardo Salles, defendeu

uma revisão da lei de

licenciamento ambiental

para direcionar o foco dos

órgãos de fiscalização e

controle em temas que

na opinião dele são de

"médio e alto impacto".

Ele alegou que a legis-lação atual é "tão comple-

xa e irracional que não

funciona"

Até o momento, o desas-

responsabilizados.

de Brumadinho (MG).

presidente de Vale, Fabio Schvartsman, em entrevista, não soube explicar as causas do desastre e só admitiu que a desgraça humana será muito maior do que a de Mariana.

Durante a campanha presidencial, quando estivemos em Mariana, depois daquela hecatombe ambiental, que matou 19 pessoas, e que, por sinal, até hoje não indenizou os moradores atingidos, alertamos para a continuidade dos riscos causados pelo descaso e a busca frenética de lucros por parte dos dirigentes privados da Vale" observou João Goulart. Para Goulart, os órgãos de controle e fiscalização que já eram débeis, perderam ainda mais força nos últimos tempos.

João Goulart reafirra, segundo o Corpo de Bombeiros, já são 279 as faticamente durante a

"Vale deve ser responsabilizada severamente", diz Raquel Dodge

A procuradora-geral | tre já deixou 60 mortos e | cada um, mas é preciso

-tarefa foi formada pelo empresa que deu causa a financiamento de suas

esse desastre, e também

promover a persecução pe-

nal, a punição penal é mui-to importante", defendeu.

devemos tratar da res-

ponsabilidade do tocante

à indenização das famí-

lias. As famílias estão

muito preocupadaș com

os entes queridos. É pre-

ciso localizá-los, dar cer-

teza sobre o paradeiro de

Ministro defende afrouxar licenças ambientais

de para fazer com que

as coisas aconteçam de

maneira efetiva. (Hoje),

recursos humanos que

deveriam estar focados

nas questões de médio

e alto risco estão sendo

dispersos. Precisamos de

legislação que funcione,

licenciamento que fun-

cione", disse, na manhã

desta segunda-feira (28).

tões que ele considera

de baixo impacto, o mi-

Em relação a ques-

Mesmo com a tragédia i jetividade e centralida-

'Em primeiro lugar,

de da reestatização da Vale. "Esse é o caminho para voltarmos a ter uma gestão responsável, que invista em segurança, que não abandone a manutenção, que prestigie seus funcionários, como a Vale fazia quando era estatal", defendeu.

 $\hbox{``Ficou provado que os'}\\$ administradores privados fazem uma gestão que menospreza as medidas de segurança, porque, em sua cabeça de negocistas e exploradores, elas 'são caras' e reduzem os lucros. Essa visão antissocial acaba colocando em risco a vida de funcionários e moradores das regiões onde estão instaladas as minas", prosseguiu. "Não podia acabar de outro jeito", continuou o político.

Leia a íntegra do texto em www.horadopovo.org.br

vidas", declarou Dodge.

uma responsabilidade sé-

ria do ponto de vista inde-

nizatório da empresa que

deu causa a este desastre

e também promover a per-

secução penal de pessoas e

indivíduos, que precisam

ser responsabilizados por

estejam sujeitas a um li-

cenciamento simplificado ou autodeclaratório.

como chegou a propor

quando foi secretário de

meio ambiente do Esta-

negou que o governo te-

nha um projeto de flexibi-

lizar o processo de licen-

ças ambientais. "Não há

nem nunca houve projeto

de afrouxamento de licen-

Leia mais em www.

ça ambiental", afirmou.

do de São Paulo.

Leia mais em www.

esta falha", completou.

horadopovo.org.br

"Também é preciso ter

Sequer pousou para prestar solidariedade aos familiares das vítimas. Ficou de longe

O mais horrível era o choro das crianças", disse um dos voluntários que, desde sextafeira (25/01), ajudam no so-

corro às vítimas do novo desastre da Vale, em Brumadinho. "Havia os gritos dos adultos, o choro das crianças, o fogo nos postes, a lama... a lama levou tudo. Quem sobreviveu, não conseguia andar. Todo mundo parado no meio do barro. Um inferno. Um horror".

Enquanto os bombeiros, equipes da Polícia Militar e da polícia civil, Polícia Rodoviária Federal, médicos, enfermeiras, travavam uma luta espantosa contra as consequências da irresponsabilidade, da ganância, do completo desprezo pela vida das pessoas do povo, Bolsonaro chegava a uma impressionante constatação.

"Não quero culpar os outros pelo que está acontecendo", disse Bolsonaro, "mas algo está sendo feito errado".

A declaração foi logo após sobrevoar a região do desastre, a bordo de um helicóptero, no sábado.

Na sexta-feira, com seu português algo esquisito, Bolsonaro dissera que o problema não era do governo: "a questão da Vale do Rio Doce não tem nada a ver com o governo federal".

A "questão" era o estouro da barragem da Vale, com a morte provável de centenas de pessoas, que Bolsonaro chamou de "acidente".

No dia seguinte, ele passou no local – pelo ar.

Foi o máximo que conseguiu se aproximar de uma tragédia que já tinha matado, até segunda-feira (28/01) à tarde, 65 pessoas – 6 ainda havia 279 desaparecidos.

Ao seu lado estava um certo Romeu Zema, governador de Minas Gerais, que, dois dias antes do desastre anunciara, com a Vale, o aumento da mineração em Brumadinho - Zema é publicamente contra as licenças ambientais para as mineradoras.

O mesmo Zema que, até a noite de segunda-feira, estava contra a ajuda do Exército Brasileiro em Brumadinho - havia 968 homens do Exército de prontidão, esperando a ordem para ajudar. Zema, no entanto, recusou.

Por quê?

Não sabemos. Algumas fontes da República, Raquel Dodge, afirmou na se- "É preciso responsabiliar de la companya de la compan gunda-feira (28) em São | zar severamente do ponto | Muitos perderam o modo | lenses que por lá baixaram, a Paulo que uma força- de vista indenizatório a de trabalho, o modo de pedido de Bolsonaro, no domingo (v. | Equipamentos de Israel são ineficientes □, afirma comandante das operações em Brumadinho).

Outros aventaram uma hipótese talvez mais provável: Zema é um sujeito muito estúpido. TUDO CERTO

Depois da tragédia, desde Augusto Heleno, o ministro do Gabinete de Segurança Institucional, até Ricardo Salles, o ministro do Meio Ambiente, apareceram para dizer que o governo é favorável a um maior rigor nas licenças ambientais.

Antes de sexta-feira – ou seja, antes do estouro de Brumadinho -, todos esses cavalheiros diziam, precisamente, o contrário (e continuam, como todo mundo sabe, achando a mesma coisa).

Mas isso não é um estorvo para a sua capacidade de mentir. A declaração de Bolsonaro. À tarde, Ricardo Salles aliás, diz tudo (aliás, quase tudo): "não quero culpar os outros pelo que está acontecendo".

A quem ou a que ele se referia? E claro que ele não quer culpar os culpados: a Vale e sua diretoria

Para esses, a impunidade. Se não, veiamos:

Em que lugar do mundo (estamos nos referindo aos lugares decentes do mundo) um desastre dessas proporções não provocaria a queda imediata da diretoria da empresa – seja por demissão, de-

vido à intervenção da sociedade,

cede entrevistas em que diz que a Barragem da Mina do Feijão estourou porque ele e sua empresa fizeram tudo certo (literalmente: "Existia uma série de ações em andamento, que não foram invenção da Vale, foram feitas por especialistas internacionais de renome, e nós seguimos à risca tudo. E eu não sou técnico. Segui toda a orientação dos técnicos, e esse negócio deu no que deu").

Esse mesmo Schvartsman, ao tomar posse como presidente da Vale, em 22 de maio de 2017, disse o seguinte:

"Para a Vale, que é uma empresa de recursos naturais, sustentabilidade não é uma opção, mas uma obrigação. A verdadeira sustentabilidade é sobre postura e atitude. Além disso, devemos adotar juntos um lema: 'Mariana nunca mais'. Que tenha sido a última vez que essa empresa esteja envolvida direta e indireta num desastre ecológico e social da dimensão que foi Mariana. Quero ter junto com vocês o compromisso de ser referência mundial de sustentabilidade."

Agora, há 65 mortos já resgatados, que talvez cheguem a mais de 300, há um número ainda não contado de pessoas desalojadas e casas destruídas – mas sabemos, por Schvartsman, que isso se deve à excelência do seu serviço e da Vale, que fizeram tudo certo, de acordo com os padrões "internacionais".

O sujeito nem pensa em se demitir - e ninguém no governo exige que ele se demita. Não se trata, como em outros países, de um haraquiri diante das câmeras de TV. Mas ninguém, no governo, exige nem ao menos que se demita.

Em que país nós estamos? No momento, em um país onde o presidente da República, depois de um desastre horrendo que matou, provavelmente, centenas de brasileiros, apenas sobrevoa o local, dentro de um helicóptero – e não pousa em terra nem para falar com as vítimas, nem para ver os danos ao meio ambiente de seu país, nem para cumprimentar as equipes que, mesmo com um salário baixo, ou sem nenhum salário. se desdobram para enfrentar as

Alguém disse, na TV ou em algum jornal, que uma parte do Brasil fora soterrada pela lama

consequências de um crime mons-

truoso contra a Nacão

Mas Bolsonaro, depois de dizer que era um problema só da Vale, mas não do governo (provavelmente, o Brasil não diz respeito ao seu governo), declara que "não quero culpar os outros pelo que está acontecendo" - ou seja, não quer culpar a Vale.

Bolsonaro não gosta do povo acha essa mistura pouco branca, que somos nós todos, um sinal de inferioridade. Por isso, a única coisa que conseguiu dizer sobre a tragédia dos moradores e trabalhadores da Vale foi: "Difícil ficar diante de todo esse cenário e não se emocionar".

Resta saber porque ele não queria se emocionar, a ponto de dizer que era "difícil não se emocionar".

A resposta, aliás, é algo óbvia: porque ele ficou o mais longe que pôde desse "cenário" (cenário? Será que tudo, para Bolsonaro, é um "cenário" ou uma cena?) e não se emocionou com a tragédia (quem manda esse povo ficar debaixo de uma barragem da Vale?), mas achou que devia dar alguma declaração mostrando "emoção". A íntegra do texto está em

www.horadopovo.org.br

"Precisamos de ob- | nistro defende que elas | horadopovo.org.br "É um crime", diz Marina sobre a intenção de afrouxar o licenciamento ambiental A ex-ministra Marina _I ambientais e flexibilizar _I abaixo". "É a primeira

Silva (Rede) afirmou, na segunda-feira (28), que o afrouxamento do licenciamento ambiental para favorecer empreendimentos é um crime. 'É um crime. Quando acontece (um desastre), o prejuízo é para todo mundo, principalmente para o meio ambiente e para a sociedade", disse.

Marina Silva, que foi ministra do Meio Ambiente entre os anos de 2003 e 2008, defendeu critérios mais rigorosos para a aprovação de investimentos com impacto no meio ambiente. Ela sublinhou que é errada a visão de que os empreendimentos pode ser positiva.

Segundo a ex-ministra, o licenciamento não deve ser dificultado ou facilitado, mas sim "re-solvido". "Se tem resposta do ponto de vista técnico nos aspectos ambiental, social, econômico, cultural, o empreendimento pode ser feito. Se não são respondidas essas questões, não pode

ser feito", completou.

Marina criticou declarações recentes do atual ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, que, em sua avaliação, tem tentado "diminuir e sucatear enfraquecer os órgãos o ministério de cima horadopovo.org.br

vez que temos ministro que assume fazendo discurso da bancada ruralista", alertou. "O discurso de cam-

panha de acabar com exigências ambientais e tornar isso um processo célere, com anuência de setores que nem têm competência para isso, com licença autodeclaratória, não tem o menor cabimento", afirmou.

Ela também condenou políticos que chamam de "ideológicas" as preocupações ambientais e buscam uma flexibilização oportunista das regras.

Leia mais em www.

"Equipamentos de Israel são ineficientes", diz comandante das operações em Brumadinho O comandante das operações | pamento ineficiente", observou.

de resgate em Brumadinho (MG), tenente-coronel Eduardo Ângelo, afirmou que os equipamentos trazidos de Israel para auxiliar nas buscas "não são efetivos para esse tipo de desastre".

Ele reconheceu que o detector de imagens poderia ser eficaz para localização de sobreviventes, pois capta o calor humano. Porém, nenhum sobrevivente foi localizado nas últimas 48 horas.

"O ministro de Israel se pronunciou a respeito das dificuldades que eles tiveram. O imagiador que eles têm pegam corpos quentes, e todos os corpos [na região] são frios. Então esse já é um equi- | vo.org.br

Segundo o militar, dos equipamentos trazidos pelos israelenses, 'nenhum se aplica a esse tipo de desastre". Eduardo Angelo explicou que no caso do detector de imagens, por exemplo, que faz a imagem se constituir "é a temperatura. Quando a temperatura está homogênea, é como se não houvesse nada no solo". O comandante disse que o apoio

que os israelenses podem dar é importante, mas funciona apenas "como mão-de-obra". "As equipes de campo estão acompanhadas pelas equipes dos bombeiros de Minas Gerais", disse.

Leia mais em www.horadopo-

Bombeiros continuam buscas pelas vítimas do crime da Vale

65 mortos, 279 desaparecidos na maior já registrada no país. Crime ocorre três anos após o desabamento da barragem de Mariana, também em Minas Gerais

gem da mineradora Vale na Mina Córrego do Feijão, em Brumadinho (MG) continuam. A avalanche de rejeitos de mineração que devastou parte da cidade, na região metropolitana de Belo Horizonte, na última sexta-feira (25), deixou até o momento 65 mortes. Os bombeiros que trabalham nas buscas e resgate de soterrados estimam em ao menos 292 os desaparecidos e, com o passar do tempo, as chances de encontrar sobreviventes diminui cada vez mais.

O mar de lama da Vale causou um rastro de destruição. O prédio de escritórios e o refeitório da mineradora foram soterrados, bem como casas, pousadas e sítios. Os rejeitos de minérios atingiram o rio Paraopeba, um dos afluentes do rio São Francisco, que é responsável pelo abastecimento de 2/3 da região metropolitana de BH.

As centenas de bombeiros militares, civis, brigadistas e voluntários que atuam na tragédia provocada pela barragem de rejeitos de minério de ferro da Vale, em Brumadinho, na Grande BH. enfrentam situações adversas e momentos de grande emoção que surpreendem até mesmo os profissionais mais bem preparados para enfrentar desastres.

Nesta segunda-feira, o Corpo de Bombeiros de Minas Gerais mobilizou um efetivo de 280 homens para prosseguir na busca de vítimas da tragédia de Brumadinho, na Região Metropolitana de Belo Horizonte. Os Bombeiros realizam um trabalho árduo, meticuloso, que requer muito treinamento, com a lama até o nariz, para não afundar.

Nesse esforço, eles realizam a sua missão sem a contrapar-tida mínima do Estado, que é o pagamento em dia dos salários, hoje parcelados, além da quitação integral do 13º salário de 2018, que está atrasado, e sem perspectiva no curto prazo de ser recebido.

Outros servidores que participam do resgate e do amparo às vítimas, entre eles os policiais civis e profissionais da saúde da Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais (Fhemig), também estão com os salários parcelados e o 13º salário atrasado.

Os familiares e amigos das vítimas reclamam de falta de informações e apoio por parte da Vale.

Aline Romão procura o marido Jonis Andrei Nunes, de 48 anos, que há 13 anos trabalha na mina em Brumadinho. Aline conta que ele ligou para ela na sexta-feira, pouco antes do meio-dia. Queria saber como ela estava e avisou que ia almoçar. Desde então, ele não atende.

No sábado, uma sobrinha dela foi ao IML, mas foi orientada a levar fotos e documentos do tio. Aline voltou ao local no domingo para complementar as informacões. "Trouxe fotos, porque os documentos dele eu sei de cor" disse Aline a BBC. Ela reclama da falta de apoio da Vale. "Não nos assessora, não dá notícia. Nem um telefona pra gente a Vale deu", reclamou.

"Apoio mesmo só da família e dos amigos", diz Júlia Cristina, sobrinha de Jonis, que acompanhou a tia Alie no IML.

Aline Xavier, que procura o irmão e os primos, também reclama do atendimento da Vale. Diz ter registrado na ouvidoria o desaparecimento do irmão Gustavo Andrie Xavier, de 29 anos. mas que não consegue nenhuma informação da empresa. Mecânico da Vale, ele tinha voltado de férias um dia antes da barragem romper. "Acordou atrasado na sexta, meu pai falou pra ele não ir trabalhar, mas ele foi assim

mesmo", contou.

Ela ainda procura a prima Letícia Mara Anísio Almeida, enfermeira de 28 anos, os primos André Luiz Santos, operador de máquina de 34 anos, e Luciano de Almeida Rocha, de 40 anos.

Além deles, também busca notícias sobre a mulher do primo, Daiana Caroline Silva Santos, de 32 anos, que acabara de voltar de licença maternidade e é mãe do Heitor de 4 meses.

"Não tenho conhecimento de ninguém da Vale nos procurando, nenhum morador, apenas bombeiros e defesa civil. Está todo mundo na ansiedade e a Vale não está dando suporte. Até agora, a única coisa que ela fez foi matar pais de famílias e destruir sonhos em um monte de barro. Até quando eles vão continuar matando gente? Já foi Mariana agora chega aqui em Brumadinho e no Parque da Cachoeira", diz Adilson de Souza, presidente da associação do bairro.

Ele conta que, há cerca de seis meses, representantes da Vale chegaram a fazer duas palestras

s buscas pelas vítimas | para mostrar que o complexo de do rompimento da barra- | mineração era seguro. Raiane Remineração era seguro. Raiane Re-sende, agente de saúde do bairro, lembra que durante a exposição eles comunicaram que a empresa daria treinamentos para rotas de fuga em caso de rompimento, o que nunca foi feito, segunda ela. "Lembro que ficamos assustados, mas a representante da Vale assegurou que era apenas um treinamento porque, nem se tivesse o pior dilúvio em Brumadinho, as barragens cederiam. Para tranquilizar os moradores, ela ainda disse que trabalhava na éra ainda disse que tranamava na área administrativa, logo abaixo da barragem", conta. "Mas nem precisou de dilúvio, né? Hoje temos um morador desaparecido e 40 casas perdidas. O que eles farão?", completou Souza.

RESGATE

 ${\bf O}$ resgate é um processo lento. Buscar vítimas nos escombros, identificar corpos. A esperança da sobrevivência dos demais diminui. À medida que as horas passam, o desespero cresce. O choro é rotina entre os que querem saber se ainda há chances de alguém ser encontrado vivo.

Centenas de voluntários foram a Brumadinho para ajudar nos resgates e no apoio aos fami-

liares de vítimas. O socorrista Diego Dias foi ao local para prestar ajuda. Ele mora em Queluz (SP) e chegou à cidade mineira por volta das 2h30min de sábado. Por ter experiência com primeiros socorros, transitou pela região atingida pelos rejeitos junto com uma equipe da Cruz Vermelha.

Pelas margens da lama, procuravam vítimas. Quando avistavam um corpo, informavam a uma equipe do Corpo de Bombeiros, que ia de helicóptero ao local. "Ninguém conseguia andar no barro, então somente o helicóptero poderia retirar os corpos", relatou. A equipe da qual fez parte não encontrou nenhum sobrevivente.

Diego e outros ocupantes do veículo da Cruz Vermelha passaram pelas casas de pessoas que vivem à beira do rio Paraopeba."Explicamos que era uma área de risco e orientamos que eles deveriam ir para um lugar mais seguro, como escolas e faculdades, que a defesa civil da região disponibilizou. Muitas daquelas pessoas eram idosas, sem recursos e sequer sabiam o que estava acontecendo. A única coisa que estranhado que na noite anterior sentiram a terra tremer"

Ele conta que uma das situacões mais complicadas era quando familiares cobravam respostas sobre desaparecidos. "Eu fiquei muito chocado ao ver famílias gritando desesperadas e pedindo respostas. Nós, voluntários, não tínhamos essas respostas". lamenta.

"A televisão mostra imagens que faz parecer com que o trabalho do resgate é bonito. Mas, no local, presenciando pessoas gritando, crianças chorando, postes pegando fogo e barro descendo. È uma coisa muito forte. Foi chocante. Não tenho como explicar", declarou.

O programador Felipe Butcher, que mora no bairro Casa Branca, seguiu para a região ainda no início da tarde de sexta--feira, logo que viu mensagens sobre a tragédia em grupos de WhatsApp.

"A minha casa é próxima ao 'Feijão'. Logo que cheguei, ainda havia poucos bombeiros. A base da operação estava sendo montada. Estavam chegando ambulâncias e helicópteros. Em pouco tempo, havia mil bombeiros, equipes de polícia e o mais triste de todos: o caminhão preto do Instituto Médico Legal (IML)", declarou.

'Era uma cena surreal. Coisa de filme. Famílias estavam atrás da cerca chorando e, de longe, tentavam ver se era um deles. Hora chegava corpo, hora chegava alguém vivo. Os corpos eram colocados no caminhão do IML e levados o mais rápido possível. O caminhão ia cheio e voltava vazio, como se fosse carga", detalhou.

Ao avaliar os dias em que auxiliou os resgates, ele ressalta que a parte mais difícil foi acompanhar os corpos sendo encaminhados ao IML. "Outra parte triste é saber que tem gente que provavelmente nunca vai ser encontrada", lamentou.

Ele e alguns voluntários desceram até as regiões atingidas pelos rejeitos. "Andamos pouco, porque nos mandaram voltar. Com medo, voltamos", diz. Quando retornaram para o lugar onde estavam as equipes de resgate, ele comenta que viu helicópteros puxando corpos, já envoltos em plásticos pretos.



Equipes intensificam buscas. Salários e 13º dos servidores está atrasado



Bombeiros rastejam na lama da Vale na busca pelos desaparecidos



Lama de rejeitos devastou toda a região e segue pelo rio Paraopeba

Vale afirma que não é responsável pela tragédia e que foi só "um caso fortuito" A Vale do Rio Doce ações em andamento, que

afirmou que "não vê responsabilidade" sua na tragédia de Brumadinho (MĞ) e atribuiu a catástrofe a um "caso fortuito". A mineradora, através dos seus advogados, diz que sua diretoria não vai pedir afastamento.

"À Vale não vê responsabilidade. Nem por dolo, que é infração intencional da lei, nem por culpa, que é a infração da lei por imperícia, imprudência ou negligência. Ela atribui o acontecido a um caso fortuito que ela está apurando ainda", disse Sérgio Bermudes, defensor da empresa.

"A renúncia [da diretoria] não ajudaria a companhia, perturbaria a continuidade das medidas que ela, do modo mais louvável, está tomando", declarou o advogado, acrescentando que 'não houve negligência, imprudência, imperícia".

Se não é ela a responsável pela tragédia, a Vale deve considerar que os culpados são os 279 desaparecidos e 65 mortos, até agora, entre funcionários e pessoas da comunidade.

Essa linha debochada da empresa tem tudo a ver com as declarações do diretor-presidente da Vale, Fabio Schvartsman, dadas no fim de semana. Pelo que ele declarou, a tragédia aconteceu por culpa dos especialistas. não foram invenção da Vale, foram feitas por especialistas internacionais de renome, e nós seguimos à risca tudo. E eu não sou técnico. Segui toda a orientação dos técnicos, e esse negócio deu no que deu. Quer dizer, não funcionou", disse Schvartsman.

Como se a mineradora tivesse muita preocupação com a segurança, afirmou que agora é necessário criar um colchão de segurança bastante superior" ao que a Vale supostamente tem hoje "para garantir que nunca mais aconteça um negócio desse". Disse ainda que é preciso ir "ir além e acima" do que ela diz que já faz, como se a Vale não fosse reincidente.

Esse mesmo Schvartsman, ao tomar posse como presidente da Vale, em 22 de maio de 2017, disse o seguinte: "Mariana nunca mais". E depois garantiu que "se houvesse outro acidente como o de Mariana, minha gestão seria curta".

Brumadinho não é como Mariana, já é pior.

Em 2015 aconteceu o rompimento da barragem do Fundão, em Mariana, de responsabilidade da Samarco, empresa da Vale e da BHP Billiton, matando 19 pessoas e inundando de lama o Rio Doce.

A repercussão das declarações de Bermudes foi "Existia uma série de l'muito negativa, forçando a



Não funcionou, disse o presidente da Vale, Schvartsman

diretoria da Vale a emitir nota desautorizando--as em seguida. Porém, é claro que o advogado não falaria essas coisas se não fossem a posição da mineradora.

Na nota, a Vale apenas desautoriza o advogado e simplesmente diz que está contribuindo com as investigações. Mas em nenhum momento assume suas responsabilidades ou desmente o que Bermudes falou. As declarações da mi-

neradora vieram logo após a procuradora-geral da República Raquel Dodge pedir punição "severa" para a Vale.



"Vale atropelou tudo para rebaixar risco e operar a barragem"

Júlio Cesar Dutra Grillo, diretor do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) em Minas Gerais, denunciou que "há mais de 300 barragens de rejeitos em Minas Gerais que não são seguras". Ele alertou, em dezembro do ano passado, que barragens de rejeitos em Bruma-dinho, entre elas a da Vale que se rompeu na sexta-feira, "não ofereciam risco zero". Maria Teresa de Freitas Corujo, integrante do Conselho de Política Ambiental (COPAM) tentou impedir o rebaixamento do nível de risco da barragem de Brumadinho, ocorrido em dezembro de 2018. Moradores dizem que a Vale explorava desenfreadamente a região e que não havia fiscalização.

O alerta do diretor do Ibama foi feito numa

reunião extraordinária da Câmara de Atividades Minerárias, ocorrida em 11 de dezembro de 2018. Na reunião houve uma acalorada discussão com a participação de dezenas de moradores que se manifestaram contra as licenças por causa de possíveis abalos hídricos na região. A discussão acabou com a aprovação, de forma acelerada, da licença para a conti-nuidade das Operações da Mina da Jangada e das operações da Mina de Córrego do Feijão. O resultado foi pela aprovação, com folga, das licenças: 8 votos contra 1, com 1 abstenção.

A Vale, empresa privatizada em 1997, forçou a decisão de rebaixamento da classificação de risco da barragem de Feijão de nível 6 para nível 4 para poder iniciar as obras de reaproveitamento dos rejeitos. A barragem tinha aproximadamente 27 hectares e 87 metros de altura. As atividades no local, de acordo com a pasta, estavam paralisadas desde 2015. Até agora não se sabe se as obras de retirada dos rejeitos, autorizadas pelo Conselho de Política Ambiental, já tinham se iniciado. A Vale até agora não informou nada a esse respeito.

A pauta daquela reunião também incluiu outros projetos polêmicos. Os conselheiros tiveram que deliberar sobre mega-empreendimentos de mineração de ferro que foram re-enquadrados, repentinamente, da classe 6 (grande porte e potencial poluidor) para classe 4 (médio impacto ambiental) segundo a nova "Deliberação Normativa do COPAM (Conselho Estadual de Política Ambiental) 217/17", que vigorava desde março.

Maria Teresa de Freitas Corujo, conselhei-

ra da Câmara de Atividades Minerarias do Conselho Ambiental de Minas Gerais, atuou firmemente para barrar a licença de amplia-ção das atividades no complexo da Vale em Brumadinho. Ela foi uma das que mais fizeram questionamentos na tumultuada sessão da Câmara em dezembro de 2018, em que a licenca foi concedida. "Estava claro que havia uma pressa demandada pela Vale para obter as licenças de uma vez só", disse ela. "Ou a Vale mentiu quando disse que a bar-

ragem estava estável ou, com as licenças que obteve em dezembro, iniciou obras para fazer o reaproveitamento de bens minerais e houve um erro, ou algo inesperado, e a barragem rompeu", analisa Maria Teresa. "Nós vemos que as empresas de mineração da região do Quadrilátero Ferrífero não têm mais lugar pra colocar rejeitos. Estão começando a querer reaproveitar", adicionou.

Segundo o parecer que concedeu as licencas prévias de instalação e de operação, a Vale obteve luz verde para reaproveitar rejeitos da barragem I. Ou seja, a empresa poderia iniciar obras para recuperar minério de ferro dispostos entre os reieitos – uma espécie de 'reciclagem'. Para fazer esse reaproveitamento, retroescavadeiras fariam a remoção mecânica na barragem I seguida por um empilhamento drenado e posterior transporte do minério a ser reaproveitado.

Para aprovar o rebaixamento do nível de risco, Rodrigo Ribas, Superintendente de Projetos Prioritários (SUPPRI), órgão criado pelo governo mineiro para "agilizar" as demandas das mineradoras, banalizou a falha na classe informada nos processos de licenciamento das minas Jangada e Feijão, atribuindo o fato a "um erro de digitação na pauta da reunião". A Secretaria do Meio Ambiente de MG tentou justificar o apoio do governo Pimentel ao re-baixamento da classificação de risco, solicitado pelas mineradoras, e concedido em dezembro. para a barragem que desabou (ela foi rebaixada de nível 6 para nível 4), porque, segundo o órgão, "era apenas para reaproveitamento dos rejeitos".

O Šecretário do Meio Ambiente, Germano Luiz Gomes Vieira, da gestão Pimentel e que permaneceu no governo Zema, tentou passar adiante a reponsabilidade pelos fatos ocorrido em Brumadinho. Ele disse que "a fiscalização de estabilidade e segurança de barragens de rejeito de minério de ferro, ou seja, questão relacionada à engenharia da barragem, é de responsabilidade do antigo Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM, atual Agência Nacional de Mineração – ANM".

Revelando o descaso com a fiscalização do poder público, ele disse, ainda, que a responsabilidade de fazer a gestão, o monitoramento e garantir a estabilidade da barragem "é do próprio empreendedor". " Para análise da estabilidade, as empresas têm que contratar auditores independentes de seu quadro funcio-nal que analisam as condições da estrutura e concluem pela garantia ou não da sua estabilidade. Conforme norma federal, essas auditorias devem ocorrer mesmo nos casos de barragens inativas. A Barragem B1 da Vale possuía laudo de um auditor de 2018 garantindo sua estabili-dade entregue à ANM", finalizou. A barragem caiu. O que mostra que deixar para as próprias empresas as auditorias é a senha para que elas sigam cometendo os crimes ambientais como os de Mariana e Brumadinho.

Leia a matéria completa no portal Hora

FNU: "lógica de mercado não pode ser aplicada à segurança de instalações estratégicas do país"

A Federação Nacional dos Urbanitários (FNU) divulgou uma nota em que pede a rápida apuração dos fatos que levaram ao rompimento da Barragem da Mina Córrego do Feijão, na região metropolitana de Belo Horizonte (MG), na última sexta-feira (25), e pede a punições aos responsáveis.

"Apesar do momento de grande consternação e de solidariedade, não podemos deixar de denunciar que o ocorrido já era uma tragédia anunciada em grande parte decorrente do atual modelo de mineração, com empresas privatizadas e multinacionais que visam apenas o lucro a qualquer custo, mesmo que estes custos sejam humanos e/ou ambientais", diz a nota publicada no sábado.

A entidade lembra que o desastre ocorrido em Brumadinho tem dimensões maiores do que a tragédia da barragem de rejeitos do Fundão, em Mariana (120 quilômetros de Brumadinho) há 3 anos, que deixou um rastro de lama de rejeitos tóxicos por onde passou e deixou 19 mortos.

"Assim como aconteceu há três anos na tragédia de Mariana (MG), o rastro de dejetos ceifou muitas vidas de trabalhadores e moradores da comunidade e corre para os rios locais, em especial o Rio Paraopeba, contaminando e podendo impossibilitar a coleta de água em grande parte da sua bacia e da bacia do Vale do Rio São Francisco, responsável pelo abastecimento das famílias de cerca de 50 municípios. O que torna essa tragédia ainda maior".

A FNU afirma também que a lógica de mercado não pode ser aplicada à segurança de instalações estratégicas do país e lembra que a lógica da administração privada é avessa à função social e ambiental das empresas estratégicas.

"A promessa do atual governo federal de privatizar empresas estratégicas, como as de energia elétrica, petróleo, gás, água e saneamento, se efetivada, com certeza poderá aumentar ocorrências trágicas coma a vivida pela população de Brumadinho e assim devese entender, por definitivo, que a lógica de mercado não pode ser aplicada à segurança de instalações estratégicas do país"

A entidade continua afirmando que "a ganância do lucro peca no erro da negligência à segurança, à substituição de mão de obra especializada e ao sucateamento de equipamentos, entre tantos outros malefícios e irresponsabilidades. A lógica da gestão privada é avessa à função social e ambiental das empresas estratégicas".



Especialistas enfatizam a escola como um espaço importante de socialização

Governo vai liberar ensino domiciliar

uma medida provisória (MP) regulamentando a educação domiciliar de crianças em idade escolar, que será publicada e enviada ao Congresso na abertura dos trabalhos legislativos, em fevereiro.

A prática dessa modalidade, que deixa a cargo dos país o ensino de seus filhos, foi proibida pelo Supremo Tribunal Federal (STF) no fim do ano passado, até que seja regulamentada pela Congresso Nacional. O STF também entendeu que a medida, para ser adotada, precisaria passar por um debate com a sociedade.

A MP, que trata de educação, e deveria pelo menos ser elaborada pela pasta condizente ao tema, o Ministério da Educação, vai ser enviada ao Congresso pelo Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, da pastora Damares Alves.

Atualmente, por lei, crianças com mais de 4 anos de idade devem estar matriculadas em uma instituição de ensino. Os pais que não matricularem seus filhos estarão incorrendo em crime de abandono intelectual.

Além do descontrole total que uma medida

O governo vai editar | vocar em uma área já tão carente em nosso país, como a garantia do direito das crianças e jovens à educação, a falta de socialização e a dificuldade em proporcionar aos filhos ensino nas diferentes áreas de conhecimento são algumas das preocupações de especialistas em educação.

Para a ministra entanto, a educação domiciliar permite aos pais ensinar 'mais conteúdo que a escola' e gerenciar o aprendi-

Segundo ela, "o pai que senta com o aluno duas, três horas por dia, pode estar aplicando mais conteúdo que a escola durante quatro, cinco horas por dia"

A ministra diz ainda que o ensino domiciliar é "mais uma modalidade" e compara: "Já não existe ensino à distância no Brasil? E mais uma modalidade de ensino, o ensino domiciliar'

Segundo a Aned (Associação Nacional de Educação Domiciliar), cerca de 7.500 famílias ensinam seus filhos em casa. Parte delas é composta por pessoas que discordam da linha educacional oferecida nas escolas como essa pode pro- I por motivos religiosos.

Reforma trabalhista limita indenização das vítimas do desastre em Brumadinho



Protesto de familiares das vítimas da tragédia. Foto: André Ávila - Ag. RBS

Desembargadora de SC defende perseguição a professores proposta por deputada do PSL

do Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJ-SC), Maria do Rocio Luz Santa Ritta, liberou que a deputada estadual bolsonarista Ana Caroline Campagnolo (PSL) organize um canal de denúncia contra professores 'doutrinadores", sob o argumento de que 'está na hora de se discutir o monitoramento em salas de aula".

Ana Caroline fez sua primeira campanha à Assembleia Legislativa de San-ta Catarina (ALESC) principalmente defendendo o projeto "Escola Sem Partido" e se colando à imagem de Jair Bolsonaro. Basicamente, a ideia da bolsonarista é que os alunos possam – e devam – denunciar seus professores "doutrinadores".

Ainda em outubro, ou seja, quando nem mesmo era deputada, Campagnolo divulgou em suas redes sociais caçao para que os alunos enviassem vídeos de seus professores tendo manifestações 'político-partidárias ou ideológicas". "Denuncie!", dizia o car-

Visto que o uso de celulares em sala de aula é proibido por lei e que a perseguição contra professores não foi permitida e o projeto "Escola Sem Par-tido" não foi aprovado

Federal (MPF) fez uma denúncia e conseguiu, junto à Vara de Infância e Juventude, que as publicações fossem removidas.

Porém, após a deputada ter entrado com recurso contra a decisão da Vara, a desembargadora do TJ-SC Maria do Rocio concedeu a liminar permitindo a circulação do cartaz inquisitório. O mérito da decisão deverá ser avaliado pelo conjunto do colegiado do TJ-SC.

Tentando sustentar sua decisão, a desembargadora deixou de lado o fato de que a deputada pedia para que gravassem e enviassem ao canal de comunicação especificamente "todas as manifestações político-partidárias ou ideológica", e disse que as gravações podem servir para provar possíveis agressões físicas e verbais.

"[O uso de gravações através de celulares] tem sido muito comum um canal de comuni- nas autuações policiais, quango um policial ou um particular excede, agredindo ou ofendendo o outro, exatamente, para a prova do excesso", disse.

Ana Caroline Campagnolo, que se reinvindica "antimarxista" e "antifeminista", não quer acabar com a violência dentro das escolas, mas acabar com todo e qualquer debate.

"Como questão lateral, já está na hora no Congresso Federal, de se discutir o monitoramento em salas de aula, onde vicejam as mais diversas agressões, sejam físicas, morais, de crença e de consciência, já não fosse suficiente o bullying", afirma a desembargadora.

A decisão, para os sindicatos de trabalhadores em Educação, é escandalosa. O Šindicato dos Trabalhadores em Educação de Santa Catarina (SIN-TE-SC), argumenta que essa prática da deputada bolsonarista "tende a criar conflito entre professores, pais e alunos; ridicularizar e desvalorizar o exercício da atividade docente, e impedir o desenvolvimento do ensino-aprendizagem". O Sindicato dos Pro-

fessores no Distrito Federal (Sinpro-DF), por sua vez, argumenta que a decisão passa por cima de um debate que acontece no Supremo Tribunal Federal (STF). O STF, que suspendeu um projeto similar ao "Escola Sem Partido" em Alagoas, o fez alegando "vedações genéricas de conduta que, a pretexto de evitarem a doutrinação de alunos, podem gerar a perseguição de professores que não compartilhem das visões dominantes. Risco de aplicação seletiva da lei, para fins persecutórios. Violação ao princípio da proporcionalidade", lembra o sindicato.

PEDRO BIANCO

"Essa tragédia demonstra a precariedade das condições de trabalho a que estão expostos os trabalhadores no Brasil", afirmou o procurador Ronaldo Fleury

reforma trabalhista | que passou a valer em novembro de 2017 limita a indenização a vítimas de tragédias, como a de Brumadinho (MG), a apenas 50 vezes o salário que recebiam atualmente, estabelecendo valores diferentes para vítimas da mesma tragédia.

Antes da reforma, a indenização por dano moral aos trabalhadores poderia ser maior.

A reforma foi aprovada pelo Congresso Nacional e sancionada por Michel Temer. Jair Bolsonaro e seu filho Eduardo, então deputados federais pelo PSC, votaram a favor da reforma. É de Bolsonaro a frase: "O que o empresariado tem dito pra mim, e eu concordo, é o seguinte: o trabalhador vai ter que viver esse dia. Menos direito e emprego ou todos os direitos e desemprego" (JP 05/02/2018). Ou então: "ser patrão no Brasil é um tormento".

"As indenizações às famílias de todos os que estavam trabalhando na Vale estão limitadas a 50 vezes o salário deles graças à reforma trabalhista", denuncia Ronaldo Fleury, procurador-geral do Ministério Público do Trabalho (MPT).

'É uma das maiores tragédias trabalhistas da história do país. A grande maioria das vítimas são trabalhadores que perderam suas vidas nas dependências da empresa", afirma o procurador-geral.

"Essa tragédia demonstra a precariedade das condições de trabalho a que estão expostos os trabalhadores no Brasil e a imprescindibilidade dos órgãos de defesa dos direitos sociais",

O artigo 223-G da lei 13.467/2017, que trata da reforma, diz que há uma gradação para a concessão do dano moral que levaria em conta uma série de fatores com base em uma escala de gravidade. Para danos morais gravíssimos, o teto ficou em 50 salários do último salário do trabalhador.

Conhecida no meio jurídico como "tabelamento" de danos morais, a lei diz que uma pessoa que, por exemplo, recebia R\$ 1 mil como salário, poderá ser indenizada entre R\$\bar{3}\$ mil e R\$ 50 mil. Enquanto outro funcionário com salário, por exemplo, de R\$ 10 mil, poderá receber indenização com valores entre R\$ 30 mil e R\$ 500 mil. Pela nova lei trabalhista, a indenização mínima é de três vezes o valor do último pagamento do funcionário atingido.

Entre as vítimas da tragédia provocada pela Vale na mina Córrego do Feijão, em Brumadinho, Região Metropolitana de Belo Horizonte, estão vários funcionários da mineradora. A Vale divulgou uma lista com 252 nomes de funcionários com os quais não conseguiu contato. Para os especialistas, essa ladvogado trabalhista.

regra é inconstitucional. "A Medida Provisória 808 do (Michel) Temer modificou essa parte. Mas perdeu validade no Congresso. Mas é inconstitucional. Você não pode mensurar a vida humana pelo que ela ganha", diz o advogado Francisco Bueno, especialista em direito do trabalho.

Luís Carlos Moro, advogado trabalhista, secretário-geral da Associação Americana de Juristas e presidente da Delegação Brasileira da Associação Luso Brasileira de Juristas do Trabalho, afirma que "o dramático caso de Brumadinho, de 25 de janeiro de 2019, deplorável por todos os aspectos, lança luz sobre a questão da tarifação dos danos trabalhistas".

'Isso porque o rompimento da barragem exemplifica, de forma exponencial, como o legislador se enlameou ao tarifar os danos morais e estabelecer um inadmissível teto para as indenizações por danos extrapatrimoniais"

Em dezembro, a Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra) entrou com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade 5870 contra essa regra da reforma no Supremo Tribunal Federal (STF). Gilmar Mendes é o relator do caso. A procuradora-geral da República Raquel Dodge pronunciou-se a favor do pedido da Anamatra, ou seja, pela inconstitucionalidade da regra.

"A Anamatra vinha alertando que, nos casos envolvendo acidentes de elevada gravidade, as limitações estabelecidas pela Reforma Trabalhista para as indenizações extrapatrimoniais gerariam extrema injustiça. Com esse horrível quadro de Brumadinho, a reforma passa a representar um contexto de iniquidade às famílias que pretendam reclamar, em juízo, pelos óbvios danos morais decorrentes da morte de seus entes queridos", afirma o presidente da Anamatra, Guilherme Feliciano.

"A despeito das responsabilidades criminais a serem apuradas, esse evento configurou um dos maiores e mais graves acidentes de trabalho do país. Portanto, há uma responsabilidade trabalhista que deve ser investigada e configurada", diz Feliciano.

"Você coloca um preço na vida. O sofrimento de perder um parente custa no máximo esse valor. Isso é complicado até pelo caráter pedagógico para a empresa. Uma das funções do dano moral é que, sem causar enriquecimento ilícito, seja pedagógico para que o empregador nunca mais volte a causá-lo", explica Ivandick Rodrigues, professor de Direito na Universidade Presbiteriana Mackenzie e

Entidades de juristas defendem "rápida punição dos responsáveis" por rompimento de barragem

A Associação Nacio-Damares Alves, no nal dos Magistrados da Justiça do Trabalho (ANAMATRA) e a Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), entidades representativas da Magistratura do Trabalho e do Ministério Público do Trabalho de todo o Brasil, lançaram nota conjunta de solidariedade às vítimas do desastre provocado pelo rompimento de barragem na cidade de Brumadinho, Mina Gerais. Na nota, datada do dia 26 de janeiro, as entidades se comprometem a "acompanhar a apuração dos fatos e o socorro à população atingida."

As entidades defendem ainda "uma rápida, completa e eficaz investigação, com a pronta punição dos responsáveis, na forma da lei, em esfera cível, criminal e administrativa", de modo que a negligência da Vale, que provocou o desastres



aparentemente apontam para uma tragédia humanitária de grandes proporções, com a perda de centenas de vidas humanas", seja devidamente apurada.

A nota, assinada pelos presidentes Guilherme Guimarães Feliçiano (ANAMATRA) e Angelo Fabiano Farias da para que a tragédia de Costa (ANPT), clama Brumadinho, "seja, por por uma intervenção | fim, o último caso".

para que haja um "urgente incremento das políticas de prevenção ambiental e das capacidades dos órgãos de fiscalização". E ainda, "que seja possível assegurar uma coexistência harmônica entre o meio

adulta". (...) ambiente natural, o artificial e o do trabalho",

Ministra Damares indigna holandeses e mais uma vez vira chacota na imprensa A ministra da Mulher, Fa-

mília e Direitos Humanos, a pastora Damares Alves, desde ontem virou motivo de indignação no noticiário internacional, especialmente na Holanda. Duas das maiores publicações da Holanda, o De Telegraaf e o portal RTL Nieuws, criticaram Damares Alves por declarações feitas em 2013, onde ela afirma que na Holanda "especialistas defendiam que meninos deviam ser masturbados desde os 7 meses de vida, para que eles pudessem ser adultos sexualmente saudáveis".

No vídeo, a ministra diz ainda que para as meninas, "especialistas holandeses recomendam que a vagina deve ser estimulada desde cedo para que ela possa sentir prazer quando

Em seu discurso, a pastora ainda fala sobre uma suposta cartilha que teria sido distribuída aos pais das crianças holandesas. "Na Holanda, eles distribuem uma cartilha para os pais, na qual são ensinados l

como massagear sexualmente suas crianças".

O Telegraaf saiu com a manchete: "Ministra brasileira conta fábulas sexuais sobre a Holanda". Já o RTL, além de divulgar o vídeo que circula entre os noticiários da Europa, também fala sobre outras declarações polêmicas da ministra, que assim como no Brasil, já são motivo de piada, como aquela em que ela diz ser protagonista de "uma nova Era" onde "meninos vestem azul e meninas vestem rosa!'

A pastora, que pouco antes de assumir o ministério virou chacota entre os brasileiros por afirmar, em outro vídeo, que "viu Jesus num pé de goiaba", já é conhecida por defender todo tipo de idéias retrógradas e absurdas, como a que fez em outra ocasião, afirmando: "A igreja evangélica perdeu terreno na história, perdemos um lugar na ciência quando permitimos a teoria da evolução na escola, quando não a questionamos".

"No total, sete milhões de dólares em ativos serão congelados a partir de hoje e mais 11 milhões de dólares ficam em suspenso sob condições a serem cumpridas", foi o sequestro de ativos da PDVSA anunciado pelo chefe do Conselho de Segurança Nacional dos EUA, John Bolton.

Ao informar sobre o assalto perpetrado pela Casa Branca, nesta quarta-feira, Bolton disse que Trump assim havia decidido porque dessa forma Maduro ficaria impedido de "roubar mais patrimônio do povo venezuelano"

Em mais um passo no escancarado intervencionismo de Washington nos assuntos internos da Venezuela, o secretário do Tesouro americano, Steven Mnuchin, alertou que os "possíveis compradores diretos do petróleo venezuelano também terão suas contas congeladas nos Estados Unidos". Ele reiterou que "todos os ativos da PDVSA sob jurisdição americana estão bloqueados, assim como sua operação, mas que a estatal pode evitar as sanções", desde que sua direção apóie a intervenção, isto é, reconheça o unilateralmente autoproclamado presidente interino, Juan Guaidó.

Articulado com a trama de Washington, Guaidó se utiliza de seu posto como presidente da Assembleia Nacional para – ato contínuo ao atentado dos EUA à soberania da Venezuela tentar passar por cima da estatal e "determinar ao Congresso que dê início ao processo de nomeação de novas diretorias para a petroleira estatal PDVSA e para a refinaria Citgo, sediada nos Estados Unidos", se isso funcionar, Guaidó, além de ajudar os norte-americanos na intervenção. ainda espera tirar vantagem ao meter a mão nos tais ativos venezuelanos que os norte-americanos acabam de seqüestrar, mas prometem entregar a ele, ou a seu pessoal.

Além disso, fiando-se em seus agentes na Venezuela, os norte-americanos, estão dizendo ainda que podem congelar ativos da PDVSA e da subsidiária nos EUA, a refinaria Citgo, mas que nada disso implica que não podem seguir comprando petróleo venezuelano.

Racismo: EUA nega visto a ator de 'Roma', indicado ao Oscar

As autoridades dos lem busca de trabalho. EUA negaram visto de entrada ao ator mexicano Jorge Antonio Guerrero, que interpreta o personagem Fermín no elogiado longa-metragem 'Roma', e que pretende comparecer à cerimônia do Oscar no dia 24 de fevereiro, como denunciou em entrevista à revista mexicana Quién.

'Roma', um filme autobiográfico de Alfonso Cuarón sobre o México nos anos 1970, se tornou o primeiro longa-metragem em espanhol a conseguir a indicação para a categoria de melhor filme no Oscar e é considerado um dos favoritos.

Está indicado a dez categorias: melhor filme, melhor direção, melhor atriz, melhor atriz coadjuvante, melhor filme estrangeiro, melhor fotografia, melhor direção de arte, melhor roteiro de som e melhor mixagem de som.

O visto foi negado pelas autoridades de migração americanas a Guerrero, apesar de ele ter um convite da Netflix. produtora de 'Roma'. Os funcionários da embaixada se negaram a ler a carta e, após a reunião pessoal protocolar, teve a permissão recusada, sob a alegação de que o que

É mais um escândalo decorrente da xenofobia e do clima tóxico promovidos pelo governo Trump contra os imigrantes, especialmente os mexicanos. Além da participação em 'Roma', Guerrero também é muito popular em seu país pela atuação na série de TV sobre o cantor Luis Miguel.

"O que acontece é que te fazem um questionário sobre sua formação, quantas vezes você já saiu do país e, com base nisso, fazem um perfil", disse o ator. "Mas nem sempre pedem o material que você leva. Na última ocasião, era importante para mim que a cônsul lesse a carta. Durante todo o tempo eu disse que era convidado do filme que Alfonso Cuarón tinha feito no México."

Não é a primeira vez que o ator sofre discrimioriginal, melhor edição nação. No início do ano passado, já não conseguira obter o visto de turista – o filme 'Roma' ainda não estava em exibição. Assim que este entrou em cartaz, Guerrero solicitou a aprovação do visto mais duas vezes e foi novamente barrado, o que o fez perder a premiação do Globo de Ouro. Ele disse "não saber" ainda se poderá comparecer à festa do Oscar. "Logo desele queria era ir aos EUA | cobriremos", assinalou.

Talibãs negociam acordo para a retirada dos EUA do Afeganistão

gociações entre a guerrilha Talibã e Estados Unidos, realizada no Qatar, como confirmado pelo representante norte-americano, Zalmay Khalilzad, no dia 28, foi redigido um rascunho que estabelece a retirada das tropas dos EUA, 18 meses depois de firmado o acordo.

Khalilzad declarou que os talibãs se comprometem a impedir que terroristas externos, a exemplo da Al Qaeda e Daesh, facam do Afeganistão plataforma e abrigo.

A invasão do Afeganistão se deu em 2001, desalojou os talibãs do poder e colocou no lugar aliados arrebanhados entre os que negociavam mercenários para apoiar a ocupação e latifundiários detentores das vastas plantações de papoula, matéria-prima da heroína, da qual o Afeganistão tornouse produtor de mais de 90% da droga fabrica-

da no planeta. Mesmo alijados do

Após rodada de ne- poder e diante de um vasto deslocamento de tropas norte-americanas para apoiar o governo fantoche (140.000 no auge, em 2011), os talibãs tiveram sucesso enquanto guerrilha, primeiro fustigando tanto as tropas invasoras como os soldados improvisados pelo governo, e depois ocupando áreas cada vez maiores do país.

Na noite do dia 28, Khalilzad reuniu-se também com o presidente do governo imposto, Ashraf Guani.

Logo após o encontro Ghani fez um apelo pela televisão: "Faço um chamado aos talibās: mostrem sua vontade afegã e acatem a exigência de paz dos afegãos e iniciem negociações sérias com o governo afegão".

Tudo leva a crer que - apesar dos previsíveis tropeços costumeiros a este tipo de negociação - começa a contagem regressiva para o fim da ocupação norte-americana no Afeganistão.

Trump sequestra ativos da PDVSA e Guaidó aplaude Ministros do governo Chávez: só "No total sete milhões de dólares em ativos eleições gerais podem afastar crise



Ministros Ana Elisa Osorio, Rodrigo Cabezas, Jorge Giordani, Gustavo Márquez, Oly Millán e Héctor Navarro (a partir de cima, à esquerda)

Evangélicos e católicos alertam: transferir embaixada traz risco a cristãos de Jerusalém

Uma delegação de líderes e religiosos evangélicos e católicos, vindos de Jerusalém, está no Brasil, com a missão de alertar a cristãos e brasileiros em geral, para o dano que pode trazer aos esforços de paz a transferência da embaixada brasileira, de Tel Aviv para Jerusalém, como aventado pelo presidente Bolsonaro.

Os integrantes da missão eclesiástica, que ficam no Brasil, de 25 a 29 deste mês, têm destacado que a usurpação de Jerusalém para um só povo traz imenso risco para a comunidade de cristãos palestinos, que reúne 300 mil em Jerusalém, e que em sua maioria habitam a milenar Jerusalém Oriental, de maioria árabe palestina.

A missão veio a convite da Aliança Cristã Evangélica Brasileira, que preocupada com as ameaças à paz, ao anunciar a vinda dos líderes religiosos, declarou: "Nossa esperança é que os cristãos no Brasil também estejam orando por uma paz duradoura para os nossos povos e procurem formas de se solidarizar com seus irmãos na Palestina e se preocuparem com a liberdade religiosa e os direitos humanos para os palestinos"

Integram a delegação, o pastor evangélico, Jack Sara, presidente da Universidade Bíblica de Belém; o padre franciscano, Bruno Varriano, reitor da Igreja da Anunciação, em Nazaré; o pastor luterano, Mitri Raheb, presidente da Faculdade de Artes e Cultura. Dar Al-Kalima. de Belém; a cristã ortodoxa, embaixadora Amira Hanania, diretora-geral do Comitê Presidencial de Assuntos das Igrejas, e o frei franciscano Ibrahim Faltas, do Monastério São Salvador, em Jerusalém.

O frei Ibrahim, que é secretário-geral da organização Custódia da Terra Santa e lidera a delegação eclesiástica, concedeu a entrevista que segue ao jornal Hora do Povo.

Hora do Povo - Na sua opinião, qual a importância dessa missão eclesiástica que chega neste momento ao Brasil?

Frei Ibrahim Falkas Estamos aqui para pregar pela paz, iniciamos nossa missão com missa na Catedral de São Paulo, estamos aqui para rezar pela paz em Jerusalém. Porque estamos convencidos de que a paz em Jerusalém será a paz no Oriente Médio e em todo o

Nossa delegação representa todas as igrejas cristãs de Jerusalém, o que inclui as igrejas católicas, a luterana e a evangélica. Nós somos da Igreja Franciscana de Jerusalém que existe há 800 anos na Terra Santa. Lá estamos ajudando todos os povos da região, sejam eles palestinos ou israelenses. Temos diversas escolas. tanto na Palestina, como em Israel, e desenvolvemos diversas atividades nos dois lados. Sempre respeitamos as duas populações e atuamos no sentido de ajudar na mediação da paz. Somos amplamente reconhecidos

por tal atividade. Nossa missão tem programados encontros com lideranças religiosas as mais diversas. Aqui em São Paulo estivemos com o arcebispo da Igreja Ortodoxa Antioquina, Dom Damaskinos,



"Jerusalém deve ser uma cidade aberta, de todos que nela vivem, só assim haverá paz", afirma Falkas, líder da delegação - foto A. Rocha - ANBA

com o Cardeal Dom Orani | o Brasil que é muito querido Tempesta. Nos encontramos com mais de 20 líderes religiosos durante missa realizada na Catedral da Sé, integrantes da Igreja Católica, Batista, Luterana.

Como vê a transferência da embaixada norte-americana de Tel Aviv para Jerusalém?

- Esperávamos o oposto do que Trump fez. Transferir a embaixada norte-americana de Tel Aviv para Jerusalém vai no sentido contrário ao dos que almejam a paz. Jerusalém é a cidade-mãe das três religiões monoteístas. Deve ser a cidade aberta para todos. Jerusalém é importante para as três religiões. Não pode ser assumida como de

um povo apenas. Este é o preceito do Vaticano o qual seguimos, porque somos uma igreja católica. E o parecer do Vaticano é de que Jerusalém tem um estatuto. Jerusalém é importante para as três religiões, todos devem trabalhar para criar uma convivência verdadeira nesta cidade

Não existe uma cidade como Jerusalém, que seja referência para judeus, cristãos e muçulmanos. Os integrantes destas três vertentes religiosas devem viver em paz. Todos devem trabalhar para criar para a cidade um modelo de convivência entre os praticantes e conectados às três religiões. Porque, como traz eu seu próprio nome, é a cidade da paz.

A transferência da embaixada de Tel Aviv para Jerusalém, como anunciou Trump, não ajuda nos esforços pela paz. Além disso, fere as leis internacionais. Jerusalém é uma cidade internacional - como definiu a ONU - e resolver bem seu status é decisivo para a paz. De nada ajuda apoiar a anexação de Jerusalém por uma parte. A paz virá com Jerusalém tornando-se o que seu destino e sua história prescreve: a cidade de todos. Não pode ser exclusiva de judeus. Está visão equivocada só acirra o conflito. Estamos convencidos de que enquanto não houver a paz em Jerusalém não haverá paz no mundo.

Como sempre disse o papa Paulo II sem paz em Jerusalém não há paz no mundo. Agora todos devem trabalhar para realizar esta paz, que deixou de existir há 70 anos.

Então, aquilo que fez o presidente Trump, não ajuda de forma nenhuma aos esforços pela paz, não ajuda ao avanço da paz na região.

Como o senhor vê a posição do Brasil sobre Jerusalém?

– Nossa mensagem para os cristãos que vivem no Brasil é que nós – representantes de todas as igrejas sediadas em Jerusalém-alertamos: a mudança de embaixada de Tel Aviv para Jerusalém não ajuda aos que Nós, os cristãos na palestina

temos muito apreço pelos brasileiros e entendemos que o povo brasileiro deve ajudar para que no Rio vamos nos encontrar | a paz se realize. Dessa forma, | alcançada na região.

tanto por palestinos, como por israelitas, não deve tomar essa posição de seguir a ideia de Trump. Uma posição equivocada do Brasil pode atrapalhar muito, por isso pedimos a todos os brasileiros que ajudem a avançar a paz. O exemplo do Brasil, deve ser positivo e isso é muito importante.

Estamos chamando a todos os brasileiros, em especial a seus representantes, a virem à Terra Santa, para ver no local o prejuízo humano que a ocupação de Jerusalém representa e o prejuízo que isso traz para a paz. O que estamos acenando com as representações de to-das as religiões de Jerusalém, ao trazermos essa posição ao Brasil, é mostrar a todos os cristãos no Brasil que devemos nos unir para criar um modelo de convivência pacífica e mostrar que estamos unidos e trabalhando para isso lá na cidade de Jerusalém.

- Como é a situação em Jerusalém hoje?

– A ocupação de Jerusalém divide a cidade. Mas não se pode dividir Jerusalém. Ela é uma cidade de todos, histórica e milenarmente una. A presença de locais sagrados lado a lado é a maior demonstração disso. Mas, o que acontece la é o contrário do que deveria ser. O muro construído por Israel, impede as pessoas de virem com tranquilidade a Jerusalém, de se deslocarem em paz, de exercerem livremente, cada qual, seu credo. Esse muro foi construído e se expande desde 2004. Os cristãos sofrem muito com as obstruções Quando foi construído o muro, o papa Paulo II declarou: "A terra santa precisa de pontes, não de muros".

- E a mensagem aos israelenses?

Enquanto lideranças cristãs, dizemos às duas partes que é necessário trabalharmos pela paz. Nós da Igreja Franciscana somos reconhecidos como mediadores em favor da paz. E repetimos: para alcançarmos a paz é necessário que se resolva a questão de Jerusalém, não se deve complicar a situação, como fez Trump, com a transferência da embaixada, o que não ajuda a paz. Esta atitude e atitudes iguais a esta não ajudam.

Como os religiosos brasileiros têm recebido a mensagem trazida pela delegação?

– Os nossos contatos têm sido muito proveitosos. O encontro, conosco, com as pessoas, aqui no Brasil, ouvindo nosso testemunho de viva voz, uma vez que reconhecem o papel da Igreja em Jerusalém, está sendo muito bem recebido. O que sentimos é uma atenção e um contentamento com a nossa iniciativa de virmos até agui esclarecer os fatos. Existe sintonia entre os líderes cristãos no Brasil e a nossa mensagem, porque eles sentem a necessidade de que a paz seja

Ministros do ex-presidente Hugo Chávez conclamam acordo nacional para tirar o país da crise econômica e política, sem a intervenção estrangeira e com convocação de eleições gerais

Hugo Chávez lançaram um manifesto "para abrir caminho a uma nova Venezuela" com base no "diálogo" que leve a uma 'concertação nacional" e um "acordo democrático".

Eles rejeitam o desastre a que o governo vigente, de Nicolás Maduro, conduz o país bem como as tramas, através das quais, as "elites econômicas, políticas, militares ou estrangeiras, pretendam usurpar a soberania popular"

No documento, lançado no dia 27, os ministros de Chávez, Jorge Giordani (Planejamento), Oly Millán (Economia), Rodrigo Cabezas (Finanças), Ana Elisa Osorio (Meio Ambiente), Gustavo Márquez (Comércio) e Héctor Navarro (Educação), conclamam os venezuelanos a exigirem um novo processo de eleicões gerais.

Chamam "os atores em pugna, a construir uma rota caracterizada por um acordo de Pátria, um acordo com visão de futuro, um acordo responsável, que preveja a renúncia de absolutamente todos os poderes, de forma ordenada e frente ao povo, com o objetivo de chamar, em tempo peremptório, um novo processo geral de eleições".

Advertem que a continuar esta situação, "a crise nos conduzirá inexoravelmente a uma guerra civil com participação internacional, a instalação direta do fascismo, com tudo o que isso implica para as gerações presentes e futuras de venezuelanos, ou a instalação, a partir de composições espúrias, de um governo que não represente os interesses dos venezuelanos".

Publicamos a seguir a íntegra do documento:

É urgente o diálogo, a concertação e o acordo democrático para evitar a violência e a morte na Venezuela

Pronunciamento dos ministros de Hugo Chávez

À grave crise econômica e social que lacera a vida de milhões de venezuelanos, particularmente os trabalhadores. se soma a crise política de legitimidade que confronta o Poder Executivo e o Judiciário

à Assembleia Nacional. Crise esta que tem escalado a tais níveis que nos põem à beira da violência, do ódio, morte e intervenção militar estrangeira como saída à confrontação política. O que está em jogo é a existência da

A solução para esta devastadora crise econômica, social e política deve ser resolvida pelos venezuelanos, razão pela qual é inaceitável que elites

eis ministros do governo | econômicas, políticas, militares ou estrangeiras, pretendam usurpar a soberania popular (art. 5) que, como diz nossa Constituição vigente, reside intransferivelmente no povo que é quem poderá, mediante referendo consultivo (Art. 71) de caráter vinculante, tomar decisões quando se trate de matéria de especial interesse nacional, como é obviamente a que nos preocupa neste momento, dada a escalada da crise política expressada, entre

outros aspectos, no confronto

de dois poderes que ameaça

perigosamente destruir o Estado – Nação. É por isso que, com muita firmeza e convicção, exortamos os atores em pugna, a construir uma rota caracterizada por um acordo de Pátria, um acordo

com visão de futuro, um acordo responsável, que preveja a renúncia de absolutamente todos os poderes, de forma ordenada e frente ao povo, com o objetivo de chamar, em tempo peremptório, a um novo processo geral de eleições que relegitime todos os poderes, para adiantar um plano que atenda à emergência humanitária e abra o caminho a uma nova Venezuela. Trata-se, em definitivo, de pôr as decisões em mãos do soberano, como

reza nossa Constituição. Do contrário, a deriva da crise nos conduzirá inexoravelmente a uma guerra civil com participação internacional, à instalação direta do fascismo, com tudo o que isso implica para as gerações presentes e futuras de venezuelanos, ou à instalação, a partir de composições espúrias, de um governo que não represente os interesses dos venezuelanos.

Há que restabelecer nossa democrática Constituição da República Bolivariana da Venezuela e reconhecer o povo em seu legítimo direito, como soberano que é, de tomar a decisão de expressar-se na contenda eleitoral sobre se quer que se relegitimem ou não, todos os poderes públicos

É um direito político que não se pode cercear aos venezuelanos, e é o único caminho para garantir a paz e trabalhar para superar a grave depressão econômica e a hiperinflação com as quais sofremos todos.

Quem realmente ama a Pátria venezuelana não pode apostar na guerra civil e no sofrimento que isso significaria: Que o povo decida em eleição.

Caracas, 27 de janeiro de 2019 Ana Elisa Osório, Gustavo Márquez, Héctor Navarro, Jorge Giordani, Oly Millán é Rodrigo Cabezas

Proposta dos EUA de "apoio total" a Guaidó na Venezuela não é aceita na ONU

O secretário de Estado dos EUA, Mike Pompeo, teve sua proposta de que o Conselho de Segurança da ONU aprovasse um comunicado expressando "apoio total à Assembleia Nacional da Venezuela como a única instituição democraticamente eleita", vetada pela Rússia e China. Também votaram contra o comunicado norte-americano África do Sul e Guiné Equatorial.

A Rússia também foi acompanhada pelos três países ao se contrapor ao pedido de Washington para discussão do que chama de "ameaça da situação da Venezuela à segurança". Neste sentido, o enviado da Rússia, Vassily Nebenzia, declarou que a questão interna da Venezuela não representa ameaça à comunidade internacional, mas são as ações de Washington que - com seu apoio e participação em mais este golpe - que ameaçam a estabilidade na América do Sul. "O que o Conselho de Segurança da ONU deveria examinar são as ameaças à Venezuela", ressaltou Nebenzia.

"Todo este encontro no Conselho de Segurança da ONU não passa de mais um elemento dentro da estratégia dos EUA de um complô antiético; uma tentativa de envolver o órgão da ONU em mais essa campanha de mudança de regime", prosseguiu o representante russo.

"A interferência de Washington nos assuntos internos de outros Estados não é nada de novo", disse ainda Nebenzia. e os Estados Unidos "ainda tratam os países da América Latina como se fossem o seu quintal, sem nenhuma consideração pelos interesses dos povos que aí vivem". A Venezuela é a presa mais recente do "jogo político favorito da Casa Branca que se diz guardiã do Hemisfério Ocidental", finalizou.

Com a proposta de Mike Pompeo vetada no Conselho de Segurança, chefes de governo da Alemanha, Inglaterra, Espanha e o presidente da França, um a um repetiu a mesma declaração: Caracas tem oito dias para convocar nova eleição. Se isso não acontecer, cada um desses valentes democratas promete reconhecer o fantoche dos EUA Guaidó como presidente interino da Venezuela, como já fizeram, após os EUA, o chamado Grupo de Lima, com exceção do México e o Canadá. A posição da secretaria-geral

da ONU expressa por ocasião da posse de Maduro neste mês, é de que não cabe à ONU se envolver em questões internas dos países. Portanto, cabe unicamente ao povo venezuelano-como a todos os povos – decidir seu próprio destino. Qualquer interferência externa é atentado contra o direito internacional.

Papa condena a desigualdade e a violência contra as mulheres

não resolvem "magicamente" os problemas. Apontou que, para além desses obstáculos físicos à passagem dos imigrantes (como o muro que Trump quer erguer na fronteira com o México), há o que chamou de "muros invisíveis" com os quais a sociedade é dividida e as pessoas são estigmatizadas e separadas: "aqui estão os bons, ali estão os maus". Francisco afirmou, também, que os crimes contra as mulheres se tornaram uma "praga" no continente. Segundo a ONU, em 2017, 2.800 mulheres foram vítimas de feminicídio na América Latina e no Caribe.

milhares de centro-americanos, castigados pela violência e a falta de oportunidades em seus países, com a ilusão de conseguir um emprego, buscam driblar as barreiras e a política do presidente dos Estados Unidos para frear a imigração ilegal.

Francisco lembrou que as novas gerações pretendem que aqueles que "têm uma função de liderança na vida pública, levem una vida conforme a dignidade e autoridade que seus cargos se revestem e que têm lhes sido confiada". Frisou em seu discurso que "aqui, o libertador Simón Bolívar convocou aos líderes de seu tempo para forjar o sonho da unificação da Pátria Grande", e diante da onda migratória que leva multidões de centro-americanos a se dirigirem aos EUA, ofereceu a ajuda da Igreja para "superar temores e desconfianças" sobre os imigrantes.

corrupção política, em um contexto de escândalos regionais, como o protagonizado pela Odebrecht, centro do esquema de subornos a políticos que montou em 12 países para conseguir contratos leoninos. "È um convite a viver com austeridade e transparência, na responsabilidade concreta pelos outros e pelo mundo; levar uma vida que demonstre que o serviço público é sinônimo de honestidade e justiça, e antônimo de qualquer forma de corrupção", afirmou.

Em missa na Catedral do Panamá, Francisco confessou seu contentamento por ter tido o privilégio de canonizar Oscar Romero, ex-arcebispo de San Salvador, capital de El Salvador, em 14 de outubro do ano passado. São Romero foi assassinado com um tiro no peito, em 24 de março de 1980, por defender desaparecidos e denunciar assassinatos em seu país, vítimas da ditadura daquela época. "Invocar a figura de Romero significa invocar a santidade e o caráter profético que vive no DNA das vossas Igrejas", afirmou Francisco em reunião com os bispos centro-americanos Estima-se que 200.000 pessoas participarão da JMJ, que termina no domingo, 27.

México: greve nas 'maquiadoras' exige reajuste salarial de 20%

balhadores das 'maquiadoras' – as fábricas na fronteira com os EUA, que se dedicam a montar componentes importados, com salários de ome, para retornar aos EUA o produto final – de Matamoros, no estado de Tamaupilas, no México, estão em greve para exigir aumento salarial de 20% e pagamento de bônus de 32.000 pesos, luta que espocou em 12 de janeiro, se estendeu como rastilho a outras fábricas em paralisações selvagens, até o sindicato oficializar a greve na sexta-feira passada. A greve já começa a ter repercussões dentro dos EUA e até já paralisou algumas linhas de produção. Na greve, vem sendo enorme a participação das mulheres, que são uma porcentagem substancial da mão de obra das maquiadoras. A paralisação, iniciada na fábrica de autopeças Autoliv, agora atinge 45 empresas, especialmente do ramo elétrico e automotriz, em grande parte, múltis.

No último momento, quatro maquiadoras (Politech. CTS. Core e AFX concordaram com o reajuste de 20% e o bônus de US\$ 1.700. As empresas tentaram chantagear os trabalhadores para que recuassem, ameaçando fechar fábricas, remover máquinas e processar lideranças do movimento. Em muitas fábricas, os trabalhadores elegeram delegados.

O governo de López Obrador enviou o subsecretário do Trabalho, Alfredo Domingues Marrufo, que propôs um "adiamento de dez dias" para "novas negociações" o que foi rechaçado nas assembleias. Uma fábrica anunciou que fecharia, deixando 1700 trabalhadores desempregados. Em uma dúzia de fábricas, gerentes tentaram impedir a adesão à greve, trancando os portões e mantendo detidos os operários.

As declarações do Papa aconteceram no Panamá, onde chegou na quarta-feira para participar da 34ª Jornada Mundial da Juventude (JMJ).

A mensagem acontece quando caravanas de

Também pediu mais compromisso contra a

Em mensagem divulgada por seu porta-voz, o papa evitou se pronunciar diretamente sobre as tensões geradas na Venezuela depois que o chefe do Parlamento, o opositor Juan Guaidó, se autoproclamou presidente. A crise na Venezuela levou os bispos de lá, que estão no Panamá, a fazerem um documento para as autoridades políticas venezuelanas para que impeçam a repressão violenta e para que permitam o direito ao protesto e à liberdade de expressão.

Cerca de 70 mil tra-Analistas apontam que uma semana de paralisação custou às empresas perda de US\$ 100 milhões, a metade do que estava sendo pedido por um ano pelo aumento de saiario mais o bonus – mas as corporações seguem intransigentes. Na segunda semana de paralisações, os trabalhadores marcharam até à fronteira, até a ponte que se dirige a Brownsville, no Texas, para chamar a atenção sobre suas reivindicações. Os manifestantes bradaram "venceremos, haja o que houver' e "trabalhadores unidos jamais serão vencidos" além de "Acorda, gringo". O Jornal La Jornada,

que considerou "a inđústria de maquia ... um avanço para a região da fronteira", admitiu que atualmente "não passa de um território aonde campeia o abuso". O diário acrescentou que as disposições recentemente promulgadas pelo novo governo (AMLO), que aponta a "fortalecer o desenvolvimento econômico e social" da região, encontrou pouco eco em um setor industrial "demasiado habituado a operar sem outra consideração que sua taxa de lucro"

Mas a maquiadoras são, na essência, o mais genuíno fruto da anexação do México aos EUA, via Nafta, que levou o país a ter um dos mais baixos salários da América Latina. Para que as maquiadoras se instalassem, o governo mexicano teve de oferecer isenções ficais e outras benesses, reduzindo as verbas disponíveis para a saúde e educação. As maquiadoras compram, no mercado interno, menos de 10% dos seus insumos - principal razão para o apelido ter se consagrado -, e apesar do crescimento das exportações, a balanca comercial é negativa, assim como as transações

correntes. Leia mais: www.horadopovo.

Trump recua e suspende 'apagão' por 21 dias, sem a verba do Muro



Depois de dizer que só reabriria o governo com os US\$ 5,7 bi do Muro, Trump volta atrás

Oposicionista Tshisekedi toma posse na República Democrática do Congo

pacífica do poder desde a independência em 1960, o oposicionista Félix Tshisekedi recebeu a faixa presidencial das mãos de Joseph Kabila e tomou posse na quinta-feira (24), como novo presidente da República Democrática do Congo, após ter sua vitória proclamada pela Justiça Eleitoral e sacramentada pela Corte Constitucional.

Filho de um ex-primeiroministro que rompeu com o ditador Mobutu, Tshisekedi teve 38,5% (7.051.013 votos). No discurso de posse, ele se comprometeu a trabalhar pela construção de um país que "não será um Congo da divisão, ódio ou tribalismo" e pela paz e desenvolvimento. Prometeu ainda combater a corrupção e sua principal sequela, "uma evasão fiscal que é quatro vezes maior que orçamento anual".

Tshisekedi reiterou também a busca da "reconciliação" - depois de anos seguidos de guerra e repetidos "pacificação em todo o território nacional e erradicação dos grupos armados", apontou para a "libertação dos presos políticos", anunciou a "realização de um recenseamento" para saber quantos habitantes o país tem - o último foi feito em 1984 - e propôs a discussão de "nova lei eleitoral"

Com imensas riquezas naturais - ouro, diamantes, cobalto, cobre, tântalo, petróleo e urânio – estimados em US\$ 24 trilhões –, o Congo democrático se tornou alvo de seguidas investidas das forças imperialista e neocoloniais logo após a independência, do assassinato do líder da luta de libertação, Patrice Lumumba, até à "guerra mundial africana", que matou seis milhões de congoleses, de 1998 a 2003, e praticamente ignorada pela mídia imperial.

EXXON-BOY RECLAMA

A vitória de Tshisekedi foi contestada pelo ex-executivo da Exxon no país. Martin Fayulu, que se autonomeou "vencedor", com suas alegações recebendo respaldo das ex-potências coloniais França e Bélgica, bem como do Departamento de Estado - este, antes do pleito, ameaçara com sanções caso o eleito não fosse do agrado

de Washington. Relatório dos bispos congoleses, vazado para a TV-5 Monde e o Financial Times, assevera que ele teve "59% dos votos" e não os 35,2%atestados pela Corte Suprema (6.366.732 votos). O Exxon-boy recebeu apoio dos mobutistas, inclusive o mais notório deles, Jean -Pierre Bemba, filho de um ex-ministro do ditador, ele próprio ex-assistente pessoal de Mobutu e assíduo na 'Versailles da Selva", e líder do Movimento pela Libertação do Congo (MLC).

O candidato do partido de Kabila, o ex-ministro do

day, ficou com 23,8%. 21 candidatos concorreram e a participação foi de 47,5% em um país com o tamanho da Europa Ocidental e infraestrutura deficiente. Kabila, por já ter sido reeleito, não pôde disputar. As eleições ocorreram com dois anos

No parlamento, venceu o partido de Kabila, o Partido do Povo pela Reconstrução e Democracia (PPRD), com 337 de 500 cadeiras, segundo o Jeune Afrique. De acordo com a agência de notícias AFP, o PPRD e partido de Tshisekedi, a União para a Democracia e o Progresso Social (UDPS), acabam de formalizar uma aliança.

Diante da pressão vinda de Paris/Washington, além do risco de retomada de confrontos armados, a União Africana chegou a solicitar uma recontagem de votos, mas recuou em acatamento à decisão soberana da Corte Constitucional da RDC. Cyril Ramaphosa, chamou todos a apoiarem a decisão da Corte congolesa.

Quando o chanceler francês, Jean-Yves Le Drian, disse à CNews que os resultados declarados "não são consistentes com os verdadeiros resultados .. Monsieur Fayulu foi o líder que saiu dessas eleições", foi prontamente rebatido. "A França não tem nada a ver com a eleição no Congo, e se Le Drian acha que o Congo é uma província ou colônia da França, ele só precisa nomear o presidente do Congo", ironizou porta-voz de Kinshasa.

Conforme a sempre imparcial mídia pró-império, Kabila, que por alguns anos foi visto favoravelmente desde Paris e Washington, passou a ter dois graves defeitos, "corrupto" e "pró-China", quando seu governo, em troca do fornecimento de minérios, reativou a economia e obteve de Pequim a construção de rodovias, ferrovias, barragens, redes de telecomunicações escolas e hospitais. O Congo ainda é um dos países mais pobres do mundo, ficando em 176º lugar de 188 países no Indice de Desenvolvi-

mento Humano da ONU. Desde 2009, o crescimento do PIB esteve acima de 7%, mas caiu nos dois últimos anos para menos da metade, devido à derrubada na cotação das commodities. Sob pressão do Banco Mundial e do FMI, e ainda com o país em ruínas pela guerra, houve privatizações. Mineradoras estrangeiras aceitaram mudança de contrato, para 50/50, ao invés do 87/13 desde Mobutu. Ainda é obscenamente rica a elite que transita entre Kinshasa e Paris, enquanto a renda per capita não chega a dois dolares por dia.

E longa a história da resistência do povo congolês à espoliação externa, desde

Na primeira transmissão | Interior, Emmanuel Sha- | que o país foi declarado, no século XIX, um fazendão do monarca belga. O líder da libertação, o primeiro-ministro Patrice Lumumba, foi sequestrado, torturado e morto, em episódio com as digitais da CIA e de mercenários belgas. enquanto Mobutu subia ao poder. Até mesmo o secretário-geral da ONU, o sueco Dag Hammarskjold, quando tentava mediar uma solução para a crise no centro da África, teve seu avião derrubado e foi morto.

A ditadura de Mobutu durou 32 anos, até que levante popular liderado por Laurent-Désiré Kabila, com ajuda de um heterogêneo leque de forças, o depôs em 1997. Parte das forças que haviam apoiado Kabila romperam com ele no ano seguinte, após sua recusa em cumprir com expectativas de mineradoras americanas e em reprimir a caldo do conflito de Ruanda envolvendo tutsis e hutus. Tropas de Ruanda e de Uganquistos do mobutismo.

LUTA ANTI-APARTHEID

Países que haviam feito parte da 'Linha de Frente' da luta anti-apartheid vieram em socorro de Kabila, como o Zimbabue, Angola e Namíbia, gestando-se o que se tornou conhecido como "a Guerra Mundial Africana", em que se envolveram oito países, com regiões inteiras jogadas na anarquia, legiões de refugiados, fome, devastação e pilhagem generalizada da riqueza mineral para financiar milícias

Em 2001, Kabila foi morto em um atentado, e seu filho, Joseph, foi chamado para substituí-lo para manter a unidade das forças congolesas. Um acordo preliminar de paz foi assinado em 2002, e levou à formação de um governo de transição, com o jovem Kabila de presidente e quatro vices, e com Bemba de primeiroministro, representando as forças em choque, o que resultou na retirada de tropas estrangeiras e desarmamento de milícias, na constituição aprovada em plebiscito em 2005 e na eleição do ano seguinte. Kabila venceu Bemba por 58% a 42%

Tentativa golpista fracassada de Bemba em 2008 o levou à fuga do país, para a Bélgica, onde acabou preso e conduzido ao Tribunal Penal Internacional pelos crimes de guerra cometidos por sua milícia na vizinha República Centro Africana. Inesperadamente, o TPI, em julgamento de segunda instância, decidiu libertá-lo bem a tempo da eleição de 2018, mas ele teve sua candidatura vetada pela justiça eleitoral por outra acusação pendente, a de subornar testemunhas. Em discurso na ONU em 2017, Kabila pediu que seja estabelecida uma data para o fim da presença da força da ONU no país, a Monusco.

ANTONIO PIMENTA

Desgastado por 35 dias de "shutdown" do governo e com a baixa popularidade chegando ao chão, Trump foi obrigado a fazer um acordo que alardeara jamais aceitar

dias de fechamento de nove ministérios e muitas agências federais, para chantagear parlamentares a liberarem US\$ 5,7 bilhões para seu muro da vergonha na fronteira, o presidente Trump que jurava que o 'shutdown' seria mantido até o dinheiro aparecer - se viu forçado a recuar e aceitou a suspensão por três semanas, até 15 de fevereiro. Pouco depois do anúncio, o Congresso dos EUA aprovou a medida, assinada à noite pelo presidente, e o governo dos EUA está reaberto.

A suspensão do 'fechamento' vai permitir que o Congresso encontre uma solução para o impasse sobre o orçamento, 800 mil servidores recebam seus salários e sejam amenizados os enormes prejuízos causados a milhões de cidadãos. Na sexta-feira (25), por falta de controladores de voo, o Aeroporto La Guardia, em Nova Iorque, ficou fechado por horas, o que em cascata provocou atrasos em outros aeroportos da costa leste.

Foi a segunda derrota de Trump em menos de uma semana, ele já tivera de admitir que estava "dentro das prerrogativas" da presidente da Câmara de deputados Nancy Pelosi vetar (ao retirar o convite) seu Discurso do Estado da União enquanto o governo permanecesse "fechado". Antes do recuo, Trump voltou a ameaçar decretar 'emergência nacional' para utilizar dinheiro já alocado ao Pentágono para aquela que parece ser sua principal obra de governo.

ACORDO PROVISÓRIO

A queda da já baixa popularidade do bilionário presidente, o descontentamento de senadores republicanos que terão de disputar a eleição do próximo ano e a exasperação que o 'fechamento' tem causado, ajudaram a empurrar Trump para o acordo provisório. Sem fechamento, Trump não precisa passar pelo vexame de adiar o Discurso sobre o Estado da União. Também era premente que os funcionários do Imposto de Renda voltassem ao serviço para evitar o adiamento da devolução de imposto e consequente cólera dos contribuintes.

Os democratas estão

pós trinta e cinco ralado o autointitulado mestre da negociação. Ao recuar, Trump tentou manter a pose: "Se não

conseguirmos um acordo justo com o Congresso, o governo vai fechar em 15 de fevereiro, ou usarei os poderes que me são conferidos pelas leis e pela Constituição dos Estados Unidos para resolver essa emergência". Depois, tui-tou que era "boa" a chance de acordo. No Congresso, também

ficou patente que já havia senadores republicanos ensaiando costear o alambrado. Na votação de quinta-feira no Senado sobre os planos republicanos e democratas rivais de reabrir o governo, a medida patrocinada pelos democratas de suspensão contínua de três semanas sem financiamento de muros, ganhou por 52-44. A proposta de Trump ficou aquém, pela margem mais estreita de 50-47.

Já se sabia que nenhuma delas valeria, porque teria que ter, pelo regulamento, 60 votos. A correlação no Senado é de 53 republicanos a 47 democratas, então seis republicanos se bandearam, e há notícias de duras trocas de recriminações dentro da bancada.

Fontes da Casa Branca asseveram que a situação vivida por policiais e guardas da fronteira, que praticamente estavam tendo de pagar do próprio bolso para ir trabalhar, também sensibilizou Trump. A proposta à qual ele acabou se rendendo partiu de um grupo bipartidário de senadores, que vêm buscando uma saída.

Nas hordas de xenófobos adeptos de Trump, o tom era de consternação, quando não de aberta revolta. O site de notícias Breitbart, em que o ex-estrategista do Trump, Steve Bannon, ganhou notoriedade, simplesmente postou "Governo Aberto. Nenhum Muro". Outro site conservador, o Drudge Report, despejou: "Fundos Sem Muro". Mas foi uma personalidade entre os deploráveis de Trump, Ann Couter, quem cutucou as costelas do presidente com mais contundência, e logo pelo Twitter: "Boas notícias para George Herbert Walker Bush: A partir de hoje, ele não é mais o maior covarde que já atuou como presidente eufóricos por terem encur- l'dos EUA".

Itália reduz em 5 anos idade mínima para a aposentadoria

O governo italiano publicou decreto que reduz a idade mínima para a aposentadoria e outro que cria a "renda cidadã", uma espécie de Bolsa Família para os mais pobres. As medidas, divulgadas na quinta-feira (18), eram promessas de campanha dos partidos que formam a coalizão no poder.

A reforma da Previdência, chamada "Quota 100", permitirá a aposentadoria aos 62 anos, com 38 anos de contribuição. A lei atual exige uma idade mínima de 67 anos.

O governo prevê que 355 mil pessoas poderão usar esta opção a partir de 2019, incluindo 130 mil funcionários públicos, e argumenta que a medida será benéfica também por abrir espaço para a entrada de mais jovens no mercado de trabalho.

O orçamento de 2019. adotado no final de dezembro, prevê quatro bilhões de euros para a reforma da Previdência, proposta da Liga e sete bilhões para a renda cidadã, principal promessa do Movimento 5 Estrelas.

A renda cidadã é destinada a cinco milhões de pessoas que vivem abaixo da linha da pobreza na Itália, tendo como requisitos serem italianos, europeus ou estrangeiros residentes no país há mais de 10 anos, sendo no mínimo os dois últimos de modo contínuo.

A renda máxima será de 780 euros por mês por cidadão, com acréscimos ou reduções a depender da composição do lar, durante um período de 18 meses, período em que os beneficiários não poderão recusar mais do que duas ofertas de trabalho.

Astrojildo Pereira: Rui Barbosa e a emancipação dos escravos (4)

Continuação da edição anterior

(...) Interesses decrépitos produzem mentalidades decrépitas. (...) a decrepitude tenta sempre impedir o avanço dos acontecimentos em disparada. Foi assim com a abolição: a decrepitude obstinada tentando barrar o caminho e os acontecimentos avançando em marcha dia a dia mais impetuosa

ASTROJILDO PEREIRA

onsiderem-se ainda certos outros fatores de ordem externa. As comunicações do Brasil com o mundo se ampliavam e intensificavam. O desenvolvimento da técnica, que tamanho impulso tomava então na Europa e na América do Norte, não podia deixar de por sua vez refletir-se beneficamente sobre o desenvolvimento da economia brasileira. Os arados empregados na lavoura paulista eram na sua maioria de procedência norte-americana. Tornava-se evidente, por outro lado, que os produtos brasileiros seriam varridos do mercado mundial, a menos que se cuidasse de melhorar tecnicamente os nossos métodos de produção. Rui transcreve, no parecer, as observações feitas a propósito por um economista inglês, segundo o qual o Brasil, mantendo o regime de trabalho escravo, caro e pouco rendoso, não mais poderia competir com os países similares da América já libertos da escravidão.

Tudo isso - fatores internos e externos que se entrelaçavam e cada vez mais ampliavam o seu raio de influência sobre as condições econômicas do pais - ia criando um ambiente novo, em que as forças produtivas nacionais se viam compelidas a buscar novas formas e novos processos de trabalho, sob pena de deperecimento. A escravidão, que teria representado um curso inelutável, nas condições em que foi estabelecida a economia colonial, se convertera já num empecilho ao desenvolvimento ulterior daquelas forças produtivas. Um fazendeiro progressista da Bahia afirmava, em 1870, que o trabalho servil contrariaya "o progresso da sociedade" E Sílvio Romero, em escrito datado de apenas alguns dias depois do 13 de maio de 88, dizia que tínhamos sido impelidos à libertação dos escravos — "além de motivos morais, pelo fato do escravo começar já então a ser um trambolho. uma desvantagem diante do trabalho livre"

Tal, em verdade, a base concreta sobre a qual se desenrolava a pugna entre o ódio escravista e a esperança abolicionista, a que Rui Barbosa aludia no seu discurso. Mas nesse mesmo discurso, referindo-se aos interesses que se obstinavam em manter ou prolongar o regime de escravidão, o orador, com inteira percepção dos fatores objetivos da campanha, chamava-os muito justamente de "interesses decrépitos"

Tampouco lhe escapava à percepção o fato de que interesses decrépitos produzem mentalidades decrépitas, e que a decrepitude tenta sempre impedir o avanço dos acontecimentos em disparada. Foi assim com a abolição: a decrepitude obstinada tentando barrar o caminho e os acontecimentos avançando em marcha dia a dia mais impetuosa. O projeto de 15 de julho não passou. O ministério Dantas caiu. Outros ministérios subiram, levados ao poder por mãos decrépitas metidas em luvas de transação. Mas tudo inútil. O 13



de maio acabou chegando, e chegando mais depressa do que esperaram mesmo alguns que o desejavam.

Duas semanas antes do 13 de maio, em discurso que pronunciou na Bahia, e certo já da vitória definitiva da causa abolicionista, conforme lembra o sr. João Mangabeira no seu livro sobre Rui²⁴, este último exortava a opinião pública do país a não aceitar a abolição como o "termo de uma aspiração satisfeita". A abolição, no seu entender, exprimia apenas um "fato inicial", um "ponto de partida", o "lema de uma idade que começa"; depois dela, em consequência dela, em conexão com ela, "reforma sobre reforma", outras reformas deviam ser reivindicadas:

... a liberdade religiosa, a democratização do voto, a desenfeudação da propriedade, a desoligarquização do senado, a federação dos estados unidos brasileiros... com a coroa, se esta lhe for propícia, contra e sem ela, se lhe tomar o caminho.2

Efetivamente, a reforma de 13 de maio foi apenas a primeira de uma série de reformas, que a coroa não pôde ou não soube conceder, e por isso tiveram de ser realizadas pela revolução republicana. Tivemos então, com o 15 de novembro, a federação, a desoligarquização do senado, a liberdade religiosa, um começo de democratização do voto... Todas as reformas constantes do programa de Rui, exceto uma – e justamente a mais importante de todas, aquela que representava a condição econômica, política e social indispensável à rigorosa aplicação da reforma de 13 de maio: a desenfeudação da propriedade.

Como Rui Barbosa, os abolicionistas mais esclarecidos compreendiam e proclamavam que o problema da escravidão e o problema do latifúndio estavam intimamente ligados entre si, não sendo possível dar completa solução a um sem resolver do mesmo passo o outro. Mais ainda: se alguma prioridade, em grau de importância, se devesse estabelecer entre ambos, o problema da terra seria colocado em primeiro lugar. Esse aliás sempre foi o pensamento das melhores cabeças de estadistas e publicistas que tivemos, desde antes da Independência. Baste-nos recordar um José Bonifácio, um Tavares Bastos, um André Rebouças – para caracterizar três momentos culminantes.

André Rebouças, grande

Escravos reunidos em uma fazenda de café em 1885 -**Fotogrfia de Marc Ferrez**

gência, mas medíocre escritor: talvez a essa circunstância se dera em boa parte o não ter ele exercido, na política do segundo reinado, nem mesmo na campanha abolicionista, a influência primordial que lhe cabia. Era o tipo do apóstolo mas sem os meios de expressão necessários e adequados à importância do seu apostolado. Como quer que seja, ele foi, segundo suponho, o homem do seu tempo que melhor penetrou no conhecimento das condições históricas da economia brasileira. Os seus escritos, mal escritos embora, seriam ainda hoje de plena atualidade, e muitas das soluções técnicas, por ele propostas para a reorganização do trabalho rural em nosso pais, aparecem-nos como verdadeiras antecipações a serem aplicadas em nossos dias.

Os seus primeiros artigos versando tais assuntos datam de 1874; mas ainda em seguida ao 13 de maio, Rebouças continuava na brecha, batendo-se com o mesmo ardor e a mesma devoção pelos seus planos de reforma agrária, nos quais a escravidão e o latifúndio eram tratados como um só problema. As anotações do seu diário, posteriores ao grande dia da abolição, denunciam a tenacidade e a coerência dos propósitos que o animaram. Vale a pena citar algumas:

Em 14 de maio de 88: "Esboçando o projeto da nova Propaganda Evolucionista Democrática (Democracia rural — Liberdade de consciência — Liberdade de

comércio)." Em 26 de junho: "O Presidente do Conselho João Alfredo apresenta na Câmara o desgraçado projeto de 300.000 contos para o Landlordismo escravocrata. Oposição imediata de Joaquim Nabuco em discurso, e minha em discussão, depois da sessão, com os ministros João Alfredo e Ferreira Viana."

Em 27 de junho: "A Cidade do Rio publica meu artigo — Aristocracia mendicante — em oposição ao projeto João Alfredo.

Em 17 de julho: "Redigindo um projeto de Lei para Educação. Instrução e engenheiro, grande inteli- | Elevação do nível moral dos

libertos, em contraposição aos projetos de proteção aos fazendeiros e comissários de café, inspirados ao Presidente dos Ministros por Andrade Figueira, Ramalho Ortigão, etc., sob a dolosa rubrica de

Auxílios à Lavoura." Em 24 de julho: "Desagradável discussão, na Câmara dos Deputados, depois de terminada a sessão, com o Presidente João Alfredo pela sua esmola-indenização, agravada por mais um empréstimo sem juros, de 6.000 contos, acompanhado de uma série de favores ao Banco do Brasil, isto é, ao centro mais refratário à Abolição e à Democracia Rural, deixando no olvido, os libertos e o proletariado agrícola deste império ..."

conselheiro Manuel Alves de Araújo, deputado pelo Paraná, uma nota sobre pequena propriedade rural, para incluir no seu discurso."

Em 4 de março de 89: 'Em Petrópolis ... Na Estação com o Imperador conversando sobre os trabalhos destes últimos dias - Imposto Territorial — Cadastro Abolição do latifúndio, complemento indispensável da Abolição do escravo (sic)."

Em 26 de março: "Escrevendo para a Cidade do Rio de Janeiro algumas notas sobre a elevação do negro pela Propriedade Territorial, único meio de impedir sua reescravidão.'

Iludia-se no entanto Rebouças, ao esperar da monarquia, que já apresentava sinais visíveis de consumpção, algum sério movimento no sentido de atacar o problema sobre todos grave da propriedade da terra. Mas a grande verdade é que a república também não teve forças para atacá-lo. E assim, abolida a escravidão, mas conservado o latifúndio, ficou tudo pela metade, e até menos de metade. Os libertos de 13 de maio, sem terras para trabalhar e sem leis que os amparassem devidamente, acabaram reescravizados sob novas e não menos odiosas formas de cativeiro: o eito a salário de fome, a peregrinação de gleba em gleba, a degradação na miséria e no desespero. A abolição resultava numa "ironia atroz", exclamaria Rui Barbosa trinta anos mais tarde, ao examinar o estado em que ficara o escravo manumitido:

"Estava liberto o primi-

tivo operariado brasileiro, aquele a quem se devia a criação da nossa primeira riqueza nacional. Terminava o martírio, em que os obreiros dessa construção haviam deixado, não só o suor do seu rosto e os dias da sua vida, mas todos os direitos da sua humanidade, contados e pagos em opróbrios, torturas e agonias. Era uma raça que a legalidade nacional estragara. Cumpria às leis nacionais acudir-lhe na degradação, em que tendia a ser consumida, e se extinguir, se lhe não valessem. Valeram-lhe? Não. Deixaram-na estiolar nas senzalas, de onde se ausentara o interesse dos senhores pela sua antiga mercadoria, pelo seu gado humano de outrora. Execuuma ironia atroz".

José Bonifácio, no projeto que havia elaborado para a Constituinte de 1823, já indicava a conveniência de converter os negros alforriados em pequenos proprietários, cabendo ao Estado facultar-lhes a possibilidade de adquirir lotes de terra e os meios necessários ao seu cultivo.²⁸ Também o projeto de 15 de julho, apresentado pelo ministério Dantas, 60 anos depois, propunha a adoção de medidas semelhantes, como se pode verificar pela leitura dos parágrafos 14 e 15 do artigo 2º. Num e noutro caso tratava-se de medidas parciais, e relacionadas, em suas referências a terras, com as terras pertencentes ao Estado. Mas em ambos aparecia inseparável o binômio emancipaçãoterra, a assinalar a fórmula mais adequada à solução do grande problema também expresso em termos binários: escravidão-latifúndio.

Só em 1888 se resolveu a metade da questão. A outra metade permaneceu intacta, e intacta permanece até hoje.⁴⁹O caso é que, liquidada legalmente a instituição servil, e aberta a porta à imigração em massa de colonos europeus, os grandes proprietários e fazendeiros de café – sobretudo aqueles das zonas mais novas e mais prósperas - limitaram- se à adoção de métodos por assim dizer meramente quantitativos na substituição do braço escravo pelo braço livre. A coisa resultou até em bom negócio, de vez que o escravo se tornara mais caro que o colono. Demais, o essencial, para eles. consistia em conservar inatacáveis os seus privilégios semi-feudais de propriedade, nos quais a republica não teve coragem de tocar. Sílvio Romero, estudando a situação econômica e social do país durante a primeira década deste século, assim se exprimiu acerca do assunto:

"A consequência deste errôneo modo de colonizar é aquela mesma a que já aludi: o não se ter constituído a democracia rural, não se criarem as pequenas culturas...

"Daí o conservarem, de alto a baixo, as nossas agriculturas principais francos sinais de espúrio feudalismo: o senhor e os escravos, ontem; o fazendeiro e os colonos, hoje".

Não nos esqueçamos de acrescentar que em tudo pleno apoio dos poderosos comissários de café, igualmente interessados na manutenção e no incremento da monocultura em larga escala do grande produto de exportação que possuíamos.

Ao cabo de tudo somos irresistivelmente levados a acreditar que aquela meia solução não foi talvez nem mesmo uma meia solução, mas uma pura escamoteação, com perdão da palavra. Coisa aliás que Rui previra com singular intuição, quando, no mais aceso da batalha parlamentar, em 1884, ao medir o alcance da resistência escravista, denunciava o perigo futuro de um 'abolicionismo servido pelos inimigos da "abolição".

Seria difícil, para não dizer impossível, proceder a uma revista completa, mesmo em tom sumário, de todos os aspectos da questão dos escravos, tais quais foram expostos e analisados no parecer que constitui a parte central e principal do presente volume. Por outro lado, não posso imaginar até que ponto haveria utilidade em pormenorizar as circunstâncias históricas e políticas do momento em que o parecer foi elaborado; tanto mais que isso resultaria em repetir o que já é do conhecimento geral. Eu devia necessariamente limitar-me a apenas pôr em relevo certos aspectos e circunstâncias que me parecessem mais importantes, quer por sua significação intrínseca, quer por sua repercussão contemporânea e ulterior. Foi o que tentei fazer.

Continua na próxima edição